

**SANTANDER ASSET MANAGEMENT – SOCIEDADE GESTORA DE
FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIOS**

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EXERCÍCIO 2015

Enquadramento Macroeconómico

Economia Internacional

A economia mundial, em 2015, desacelerou face ao ano anterior, com um crescimento previsto apenas marginalmente acima de 3%, o ritmo mais lento desde a Grande Recessão. À semelhança do ano transato, a desaceleração resultou sobretudo da deterioração das condições económicas nas economias emergentes, não sem efeitos de contágio às economias desenvolvidas, em especial as que têm maiores volumes de comércio mundial com a China, como os EUA e o Japão.

A necessidade de ajustamento económico nas economias emergentes, para corrigir desequilíbrios gerados, no modelo de crescimento ou ao nível das contas públicas, e a descida dos preços das matérias-primas são alguns fatores de risco considerados pelo FMI nas suas projeções de Janeiro de 2016.

Crescimento Económico Mundial

	2013	2014	2015
Mundo	3,3	3,4	3,1
Países Avançados	1,1	1,8	1,9
EUA	1,5	2,4	2,5
UEM	-0,3	0,9	1,5
Reino Unido	1,7	2,9	2,2
Japão	1,6	0,0	0,6
Países em Desenvolvimento	5,0	4,6	4,0
África	5,2	5,0	3,5
Ásia	7,0	6,8	6,6
China	7,7	7,3	6,9
Europa de Leste	2,9	2,8	3,4
Médio Oriente	2,3	2,8	2,5
América Latina	2,9	1,3	-0,3
Brasil	2,7	0,1	-3,8

Fonte: FMI (Janeiro de 2016)

Nos EUA, a dinâmica de crescimento caracterizou-se por alguma volatilidade, com um ritmo de expansão mais lento nos primeiro e quarto trimestres, afetado inicialmente por condições climáticas adversas, e posteriormente pela dinâmica do investimento. A redução do preço do



petróleo, que caiu já em 2016 para mínimos desde 2003, abaixo dos 30 dólares por barril, afetou o investimento em fontes alternativas de crude, como o petróleo e gás de xisto.

Apesar da volatilidade gerada pela evolução destas componentes da procura agregada, o consumo privado manteve um crescimento sustentado, apoiado pela descida da taxa de desemprego para 5,0%, o nível mais baixo desde 2007.

A Reserva Federal dos EUA iniciou o ciclo de subida das taxas de juro de referência em Dezembro, com a subida da taxa dos Fed funds para 0,25%, depois de, em Setembro, ter mantido a política monetária inalterada, na sequência da maior volatilidade dos mercados acionistas observada durante o Verão. Esta foi a primeira subida das taxas de juro de referência desde 2008, e concretizou o primeiro ciclo de subida de taxas desde 2006.

No entanto, e reconhecendo os riscos latentes, a Reserva Federal: (i) decidiu utilizar a remuneração das reservas excedentárias detidas pelo setor bancário junto da FED como instrumento de normalização gradual da política monetária; e (ii) sinalizou que o ritmo de subida de taxas de juro continuaria dependente da evolução dos principais indicadores económicos.

No Reino Unido, o crescimento económico desacelerou em 2015, fruto de um contributo mais negativo das exportações líquidas, refletindo o maior dinamismo do consumo privado e do investimento empresarial (que se refletiu sobre as importações) e a apreciação cambial, em especial face ao euro (quase 10%, em média anual).

O Banco de Inglaterra manteve o cariz expansionista da política monetária inalterado, apesar de alguns membros do Comité de Política Monetária terem, durante grande parte de 2015, defendido uma subida muito gradual das taxas de juro de referência. Contudo, a ausência de pressões inflacionistas, suportou a decisão de não alteração.

No Japão, a atividade económica recuperou, após a estagnação registada em 2014, fruto de uma dinâmica mais favorável do consumo privado, assim como das exportações. O ritmo, contudo, continuou caracterizado por alguma volatilidade, associada ao processo de consolidação orçamental. O Banco do Japão manteve uma política monetária claramente expansionista, tendo anunciado uma extensão das maturidades da dívida pública a adquirir, assim como a possibilidade de aquisição de ETFs e REITs.

Na China, a desaceleração do crescimento económico, para 6,9% em 2015, alimentou expectativas de que esse processo pudesse ser mais pronunciado e a segunda maior economia mundial pudesse estar a caminhar para um cenário de “hard landing”, em especial porque alguns indicadores de curto prazo revelaram uma dinâmica mais adversa, na sua evolução face ao período homólogo. As autoridades adotaram um conjunto de medidas destinado a apoiar a recuperação, incluindo a descida das taxas de juro, proibição de venda por investidores institucionais e a intervenção nos mercados acionistas, mas que não impediram uma forte correção do principal índice acionista, que caiu cerca de 39% dos máximos de Junho até ao início de Outubro (após uma valorização de 48% desde o início de 2015 até ao pico de Junho). No final do ano, o índice registava uma apreciação de 6% face ao nível do início do ano.

A principal medida adotada pelas autoridades foi a flexibilização da evolução cambial, que conduziu a uma desvalorização do yuan em 1,9%, que foi a mais pronunciada em 20 anos, no contexto da alteração do regime de indexação cambial, que passou a evoluir em linha com o mercado, e que antecedeu a decisão do FMI em incluir o yuan no cabaz de moedas que compõem os “Direitos de Saque Especial”, a unidade de conta do FMI.

	PIB	Inflação
UEM	1,6	0,0
Alemanha	1,7	0,1
França	1,1	0,1
Espanha	3,2	-0,6
Itália	0,8	0,1

Fonte: CE (Fevereiro de 2016)

Na zona euro, o PIB acelerou, com um crescimento de 1,6% no conjunto do ano, ligeiramente acima das expectativas de início do ano, em que terá havido um efeito positivo da política monetária não-convencional do BCE, em especial ao nível da confiança económica.

Em Janeiro de 2015, o BCE anunciou a terceira vertente do seu programa de aquisição de ativos financeiros, no âmbito do qual passou a adquirir dívida emitida por entidades públicas (nacionais e supranacionais), num montante global de 60 mil milhões de euros (incluindo os programas já em curso desde o final de 2014 de aquisição de obrigações hipotecárias e de securitizações de créditos).

Este programa, inicialmente previsto ser mantido até Setembro de 2016, foi prolongado, em Dezembro, até Março de 2017, ao mesmo tempo que o BCE disse começar a ponderar adquirir novos tipos de ativos financeiros. Já em 2016, o BCE anunciou estarem em estudo novas formas de reforçar a política não-convencional. Até ao final de Janeiro de 2016, o BCE adquiriu cerca de 700 mil milhões de euros de ativos, dos quais 600 mil milhões de dívida pública (e, destes, 11 mil milhões de dívida portuguesa).

A inflação, contudo, permaneceu claramente abaixo do objetivo do BCE, de “próximo, mas abaixo de 2,0%”, refletindo o “output gap” gerado durante a crise, o ajustamento estrutural em curso em alguns países, e os efeitos da descida do preço do petróleo. As medidas do BCE têm um impacto sobretudo ao nível das expectativas dos agentes económicos, no combate a expectativas deflacionistas.

Já em Dezembro, e fruto de nova descida das expectativas de inflação, o BCE desceu a taxa de depósito para -0,3%, colocando nova pressão adicional sobre as taxas de juro de curto prazo, assim como sobre a taxa de câmbio do euro.

Apesar da melhor dinâmica económica em 2015, houve um conjunto de percalços, na sequência da crise das dívidas soberanas, que entrou numa nova fase, na Grécia, onde se realizaram duas

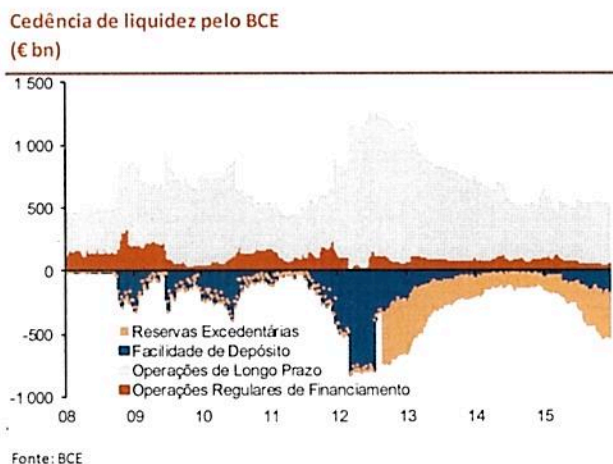
eleições legislativas e um referendo, num contexto de deterioração das condições económicas e de elevada incerteza.

As primeiras eleições gerais, em Janeiro, resultaram na vitória do Syriza, após o que se seguiu um período de negociações para extensão do anterior programa, o qual se prolongou até Junho, sem que fosse alcançado um acordo. Nessa data, o Governo anunciou a realização de um referendo sobre as propostas das instituições europeias, que se realizou em 5 de Julho. O quadro de elevada incerteza que se verificou durante o primeiro semestre do ano resultou num agravamento da atividade económica, que voltou a contrair, e as contas públicas anularam o excedente primário gerado nos últimos meses de 2014.

A convocação do referendo gerou uma deterioração do sentimento económico e um movimento de corrida aos bancos, que levou à imposição, pelo Governo, de controlos de capitais (encerramento temporário dos bancos e limites aos levantamentos bancários), para travar a saída de depósitos (nos primeiros seis meses do ano, os depósitos de privados reduziram-se em quase 40 mil milhões de euros).

Apesar de uma expressiva maioria a favor do “não” às propostas, o agravamento da situação de liquidez da economia levou o Governo a solicitar um terceiro programa de apoio. Esse pedido foi aceite na Cimeira do Euro de 12 de Julho, num contexto político muito complexo, onde todos os cenários, incluindo o de saída temporária pela Grécia da zona euro, estiveram sobre em aberto.

Espanha e Irlanda voltaram a ser duas das economias mais dinâmicas da zona euro, com crescimentos de 3,2% e 6,9%, respetivamente. Espanha realizou eleições gerais, em Dezembro, que culminaram num Parlamento mais fragmentado, em que o PP voltou a ser o partido mais votado, mas sem possibilidade de formação de um governo sem um amplo apoio partidário.



O programa de “quantitative easing” implementado pelo BCE, nas suas diferentes vertentes (aquisição de securitizações de créditos hipotecários, de obrigações hipotecárias e de dívida de

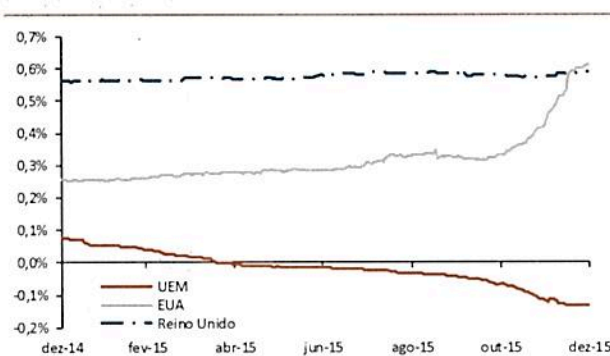
entidades do sector público) materializou-se num aumento da liquidez excedentária na economia. Em simultâneo, o programa de operações direcionadas de prazo alargado (TLTRO, na sigla inglesa) conduziu a um aumento do prazo das operações de refinanciamento junto do BCE, em detrimento de uma redução das operações de refinanciamento de prazo regular (MRO).

Em consequência do aumento da liquidez excedentária, num contexto de taxa de depósito negativa (desde junho de 2014, tendo descido para -0,3% em Dezembro de 2015), as taxas de juro de curto prazo foram progressivamente entrando em terreno negativo. No caso da taxa Euribor 3 meses isso ocorreu no final do primeiro trimestre, numa tendência que se manteria até ao final do ano. Ainda em 2015, também a taxa para o prazo dos 6 meses passaria a ser negativa.

Nos EUA, a Reserva Federal manteve sempre uma linha de discurso orientada para o início do ciclo de subida das taxas de juro de referência, que viria a concretizar apenas em Dezembro. Em antecipação, mas em especial no quarto trimestre, assistiu-se a uma subida das taxas de juro de curto prazo, com a taxa Libor 3 meses a atingir 0,6% no final do ano.

As taxas de juro da libra esterlina caracterizaram-se por uma relativa estabilidade, já que o Comité de Política Monetária do Banco de Inglaterra votou sistematicamente pela manutenção das taxas de juro de referência nos mínimos históricos, fruto das reduzidas pressões inflacionistas, e apesar do forte crescimento económico.

Taxas de Juro 3 Meses

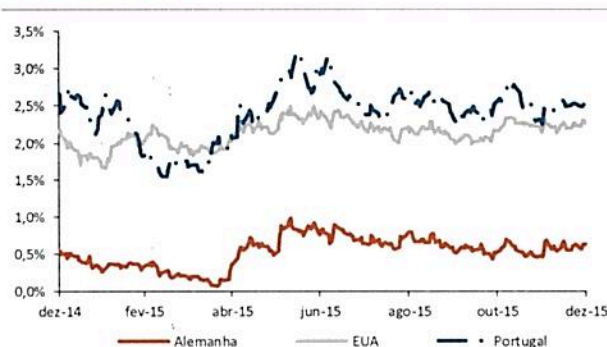


Fonte: Bloomberg

As taxas de juro de longo prazo, na zona euro, registaram uma tendência de descida durante os primeiros meses do ano, influenciadas pelo programa de aquisição de dívida pública implementado pelo BCE. A yield dos 10 anos reduziu-se para 0,1% na Alemanha e para 1,5% em Portugal, em Abril, para posteriormente rever tendência. Em Junho, as yields subiram para 1% na Alemanha e 3% em Portugal. Esta evolução refletiu dinâmicas distintas: por um lado um movimento generalizado de subida das taxas de juro de longo prazo, incluindo nos EUA; por outro lado, o agravamento da situação na Grécia, com o referendo ao programa de ajustamento e

subsequente convocatória de eleições antecipadas, que conduziram ao agravamento dos spreads de crédito na Europa, em especial nos países ditos “periféricos”.

Taxas de Juro 10 Anos



Fonte: Bloomberg

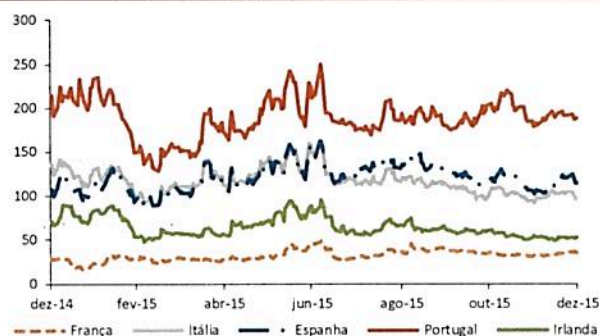
Efetivamente, os spreads de crédito soberano que tinham registado mínimos históricos durante o mês de Março, quando o BCE iniciou o programa de aquisição de dívida pública, e começaram a subir durante o segundo trimestre, com um agravamento total de cerca de 100pb para Portugal e de cerca de 50pb para Espanha e Itália, refletindo os efeitos de contágio da deterioração da situação económica e financeira na Grécia.

No decurso do segundo semestre, o spread de Portugal estabilizaria abaixo de 200pb, mas com um aumento da volatilidade associada ao processo eleitoral.

Também em Espanha se assistiu, no segundo semestre, a uma descolagem dos níveis de spread observados para a Itália, com as perspetivas eleitorais (primeiro com a vitória do Podemos e seus aliados nas eleições locais de Maio, depois com o “referendo” sobre a autodeterminação na Catalunha, em Setembro, e posteriormente com as eleições gerais de Dezembro) a influenciarem o sentimento dos investidores.



Diferenciais de taxas de juro de longo prazo face Alemanha (pb)



Fonte: Bloomberg

No mercado cambial, o euro continuou a depreciar face à generalidade das divisas, refletindo a maior divergência entre a política monetária do BCE e a dos principais bancos centrais dos países desenvolvidos. Com efeito, o BCE desceu a taxa de depósito para níveis negativos, e implementou um ambicioso programa de medidas não-convencionais, enquanto nos EUA e, em menor escala, no Reino Unido, as perspetivas eram de uma subida das taxas de juro de referência.

Face ao dólar, o euro terminou o ano a cotar em 1,09 dólares, depois de ter testado mínimos próximos de 1,05 (o nível mais fraco do euro desde 2003). Ainda que o BCE não tenha um objetivo cambial, houve certa coincidência entre o anúncio de alterações de política e os momentos em que o euro testava máximos do ano face ao dólar.

A taxa de câmbio efetivo do euro (que considera as divisas dos doze principais parceiros comerciais da zona euro) depreciou, em consonância, reforçando os mínimos de 2002.

No mercado cambial, destacaram-se dois eventos marcantes. Em Janeiro, o Banco Nacional da Suíça (SNB) abandonou a ligação que tinha com o euro (uma taxa de câmbio em redor de 1,2 francos por euro), após intervenções cambiais mais volumosas e em antecipação ao programa de “quantitative easing” do BCE, que poderia exigir mais intervenções por parte do SNB. Após uma apreciação até 0,96 francos por euro, assistiu-se a uma progressiva correção, fechando o ano em 1,09 francos.

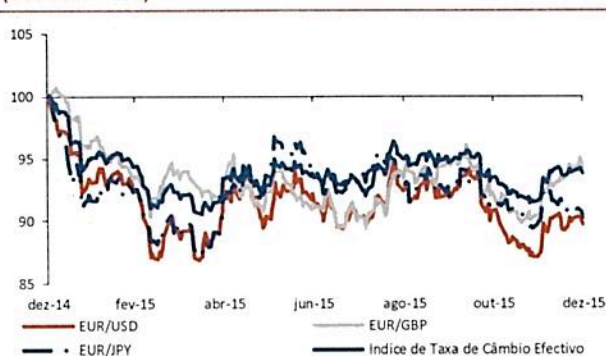
Em Agosto, a China alterou o regime cambial, com a fixação do câmbio de referência a refletir mais as variações diárias de mercado, o que resultou numa depreciação do yuan para cerca de 6,4 yuan por dólar (uma depreciação de 2%, muito superior às flutuações dos últimos anos).

Esta decisão foi adotada no período de maior volatilidade dos mercados acionistas e percecionada pelos investidores como um instrumento adicional para apoiar a recuperação da atividade económica.



Uma razão fundamental para que autoridades chinesas adotassem um regime cambial mais consonante com as dinâmicas de mercado foi a antecipação à decisão pelo FMI, em Novembro, de incluir o yuan no cabaz de referência dos “Direitos de Saque Especiais”, a unidade de conta do FMI, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2016.

Principais Taxas de Câmbio
(Dez-2014 = 100)



Fonte: BCE

Os mercados acionistas registaram, em 2015, um comportamento caracterizado por uma maior volatilidade, em especial no segundo semestre do ano.

Nos primeiros meses, a generalidade dos mercados observou uma maior valorização, em antecipação às medidas expansionistas que o BCE viria a implementar a partir de Março. Os EUA foram a exceção, com a discussão recorrente sobre o início do ciclo de subida das taxas de juro de referência, assim como pela inesperada desaceleração da atividade económica no primeiro trimestre do ano.

No início do segundo semestre, as incertezas quanto à evolução da economia chinesa culminaram numa forte correção dos mercados, com desvalorizações pronunciadas que anularam os ganhos do início do ano, na Europa (e na China, já que durante todo o primeiro semestre os principais índices valorizaram de forma acentuada, apesar de já nesse período os dados económicos indicarem uma desaceleração da atividade). No final do ano, a tendência de valorização seria retomada, com valorizações de 3,9% na Europa e 9% no Japão.



Mercados Accionistas
(Dez-14 = 100)



Fonte: Bloomberg

O mercado acionista português registou uma valorização de 10% no ano, sendo que no final do primeiro trimestre tinha registado uma valorização de cerca de 30%, após uma forte depreciação registada em 2014. O índice PSI20 beneficiou da dinâmica das empresas de retalho, utilities e indústria, com valorizações superiores a 30% no ano, enquanto, com uma dinâmica adversa, se destacaram o setor bancário (e que culminaria, em Dezembro, com a resolução do Banif) e de construção, bem como a situação específica da Pharol (ex-PT SGPS).

A generalidade das matérias-primas registou uma forte desvalorização ao longo do ano de 2015, num contexto de expectativas de abrandamento da economia mundial, em especial da China, que nos últimos anos tem sido o país responsável pelo maior crescimento da procura.

O petróleo foi a matéria-prima cuja descida de preço se tornou mais visível, desvalorizando para cerca de 35 dólares por barril no final do ano, o nível mais baixo desde 2004, ou seja, uma redução do preço de cerca de 40%. Ao longo do ano, e apesar das perspetivas de menor procura, os principais países produtores, nomeadamente a Arábia Saudita, decidiram manter a produção, mesmo tendo em consideração o reinício das exportações de crude pelo Irão.

O preço das demais matérias-primas evoluiu de forma similar, com uma clara tendência de depreciação, e caindo para mínimos históricos.

O ouro também corrigiu para mínimos históricos, ligeiramente acima dos 1,050 dólares por onça no final do ano, sendo que apenas viria a assumir papel de refúgio mais claro já em 2016, quando a generalidade dos mercados acionistas corrigiu em baixa.

Preços do petróleo Brent, em dólares por barril e Índice de matérias-primas (variação homóloga)



Fonte: Bloomberg

Economia Portuguesa

A economia portuguesa, em 2015, consolidou a trajetória de recuperação iniciada em meados de 2013, com o PIB a crescer 1,5%, acelerando face aos 0,9% registados em 2014, e após a contração acumulada de 6,8% observada entre 2010 e 2013.

Dados Macroeconómicos

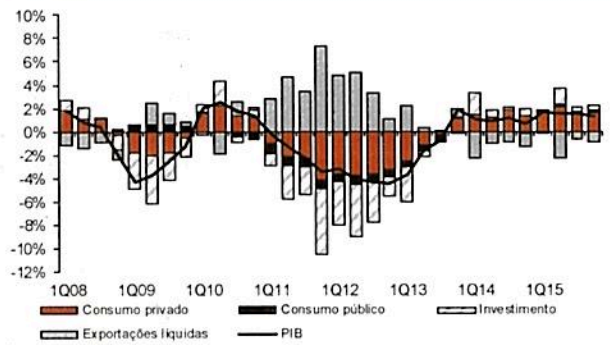
	2013	2014	2015
PIB	-1,1	0,9	1,5
Consumo Privado	-1,2	2,2	2,6
Consumo Público	-2,0	-0,5	0,8
Investimento	-5,1	5,5	3,6
Exportações	7,0	3,9	5,1
Importações	4,7	7,2	7,3
Inflação média	0,3	-0,3	0,5
Desemprego	16,2	13,9	12,4
Saldo Orçamental (% do PIB)	-4,8	-4,4	-3,2
Dívida pública (% do PIB)	129,0	130,2	128,9
Bal. Corrente e Capital (% do PIB)	3,1	1,6	1,7

Fonte: INE, Banco de Portugal, Ministério das Finanças

No entanto, a dinâmica de crescimento não foi uniforme ao longo do ano, com o crescimento homólogo de cerca de 1,7% no início do ano e a desacelerar para cerca de 1,3% no último trimestre do ano, sobretudo devido a um abrandamento do investimento. No conjunto do ano, o crescimento económico foi claramente suportado pela procura interna, em especial pelo consumo privado, já que as exportações líquidas tiveram um contributo negativo para o crescimento, como já tinha ocorrido em 2014.



**Contributos para o Crescimento do PIB
(tvh)**

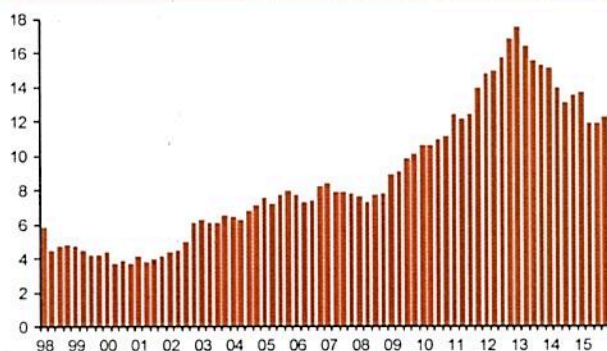


Fonte: INE


O consumo privado cresceu 2,6%, beneficiando da melhor evolução da despesa em bens duradouros, sobretudo no primeiro semestre, período durante o qual esta componente cresceu cerca de 15% em termos homólogos, em linha com o forte dinamismo das vendas de automóveis ligeiros. No segundo semestre, apesar de o ritmo de expansão se ter mantido forte, assistiu-se a uma ligeira desaceleração. As restantes componentes do consumo (bens alimentares e bens e serviços correntes não alimentares) mantiveram ritmos de crescimento sustentados, em redor de 2,5%, em média anual. O mais forte crescimento do consumo foi acompanhado de uma descida da taxa de poupança, para cerca de 4% do rendimento disponível.

A taxa de desemprego desceu para 12,2% no quarto trimestre de 2015, mantendo a tendência de redução iniciada no primeiro trimestre de 2013, mas verificando-se uma moderação do ritmo de descida, em linha com o abrandamento do crescimento económico, em especial do investimento.

Taxa de Desemprego



Fonte: INE

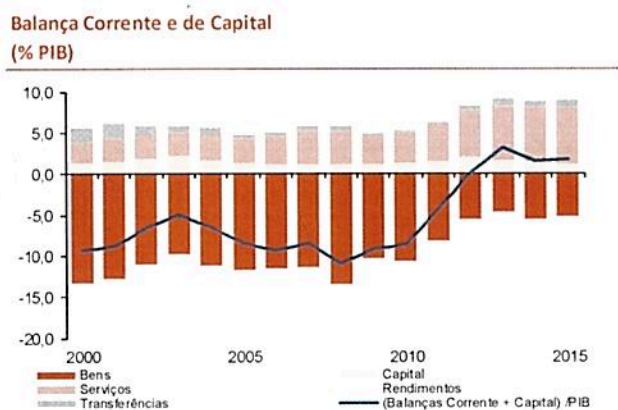


O investimento, com efeito, foi a variável que menos contribuiu para o crescimento, em especial durante o segundo semestre do ano, quando registou dois trimestres de contração em cadeia. Esta evolução resultou da redução da despesa de capital em máquinas e equipamentos, assim como em material de transporte, que tinham tido uma evolução bastante positiva nos trimestres anteriores. A aproximação do ato eleitoral e incerteza associada poderão ter contribuído para algum adiamento de decisões de investimento, mas para as quais continuam a existir fundamentações, sobretudo ao nível das empresas exportadoras, como se pode concluir do inquérito ao investimento, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística.

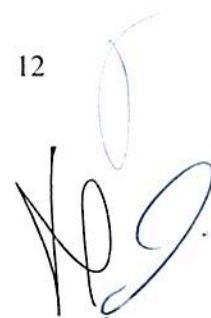
A procura externa líquida manteve, ao longo de 2015, um contributo negativo para o crescimento, prolongando a tendência já observada durante o ano de 2014. No entanto, as exportações de bens e serviços tiveram uma performance bastante positiva, com um crescimento anual de 5,1%, em termos reais, registando assim uma clara aceleração face ao ano transato. Contudo, no segundo semestre, ocorreu uma desaceleração das vendas para o exterior, na sequência do abrandamento em alguns mercados de relevo, em especial para Angola.

As importações cresceram 7,3% em 2015, acelerando marginalmente face a 2014, mas numa tendência marcada pelo mais forte crescimento no primeiro semestre do ano, já que na segunda metade de 2015 as compras ao exterior cresceram cerca de 5%. As importações de bens de investimento continuaram a ter o maior contributo para o crescimento das importações, mas também as aquisições de bens de consumo foram dinâmicas.

A balança de bens e serviços reforçou a posição excedentária, para 1,7% do PIB, consolidando assim a correção do desequilíbrio externo iniciada durante o período de ajustamento económico, destacando-se a clara melhoria do saldo de bens e serviços, com Portugal a ganhar, um ano mais, quota de mercado externo. Apesar do ainda elevado endividamento externo, o défice da balança de rendimentos tem-se mantido em redor de 2% do PIB.



Fonte: Banco de Portugal, INE



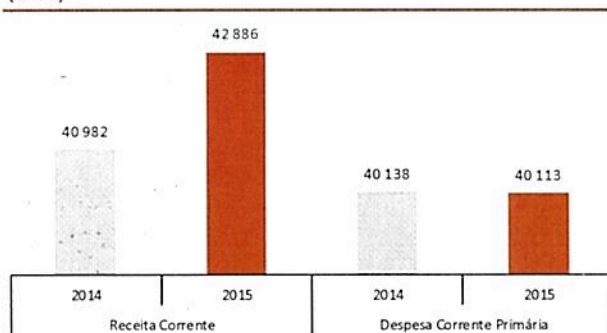
A posição de investimento internacional continua a evoluir positivamente, em linha com a melhoria do saldo externo, com uma redução da situação negativa para 109,4%, uma redução de 4,9pp face a 2014.

A execução orçamental de 2015, na ótica da contabilidade nacional, registou um défice de 4,2% do PIB, mas influenciado por fatores pontuais, como seja a resolução do Banif, implementada já no final de Dezembro. Sem o impacto desta operação (1,2pp do PIB e de outros fatores pontuais) o défice terá sido de 3,1%, uma redução face aos 4,5% registados em 2014.

A receita fiscal cresceu cerca de 5% em 2015, fruto sobretudo da dinâmica dos impostos indiretos e, em especial do IVA, que cresceu 7,4%. A receita de IRS caiu 1,3%, fruto das alterações ao Código do IRS, mas também devido ao impacto que a descida das taxas de juro teve sobre o imposto arrecadado sobre os depósitos de particulares.

A despesa primária contraiu 0,1%, fruto da descida da despesa com pessoal, mesmo considerando o impacto da reposição salarial que iniciou no ano de 2015.

Receita Corrente e Despesa Corrente Primária
(€ mn)

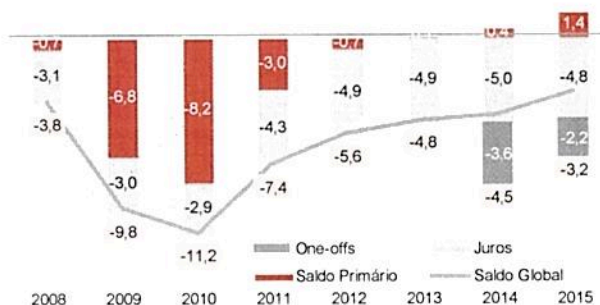


Fonte: Ministério das Finanças

Em contabilidade nacional, nos anos de 2014 e 2015, o saldo orçamental esteve afetado pelas medidas de resolução aplicadas ao BES e Banif, respetivamente. Em 2014, foi registado o empréstimo do Estado ao Fundo de Resolução, no montante de 3,9 mil milhões de euros, e em 2015 foi registada a injeção de liquidez no montante de 2,2 mil milhões de euros. São medidas não-recorrentes, que não afetam a dinâmica orçamental de base.

Estas mantiveram uma trajetória de melhoria sustentada, como refletido no aumento do excedente do saldo primário para 1,4% do PIB, após dois anos em que o saldo já esteve próximo do equilíbrio.

Défice Orçamental
(% PIB)



Fonte: Ministério das Finanças

A notação de risco da República foi revisto em alta pela agência Standard and Poors, para BB+ (um nível abaixo do nível de investment grade), com outlook estável. As demais agências mantiveram o rating inalterado.

Durante o ano, o Tesouro manteve o regular acesso aos mercados financeiros internacionais, e tirando proveito da descida das taxas de juro de longo prazo para emitir um maior volume de dívida de longo prazo e amortizar antecipadamente os empréstimos ao FMI. Deste modo, em 2015, o Tesouro emitiu, em termos líquidos, quase 13 mil milhões de euros de Obrigações do Tesouro, e amortizou 8,5 mil milhões de euros do empréstimo do FMI.

As principais condicionantes do setor financeiro, em 2015, estiveram relacionadas, por um lado, com o processo de venda do Novo Banco, que veio a ser cancelado em Setembro, para posteriormente ser retomado em 2016.

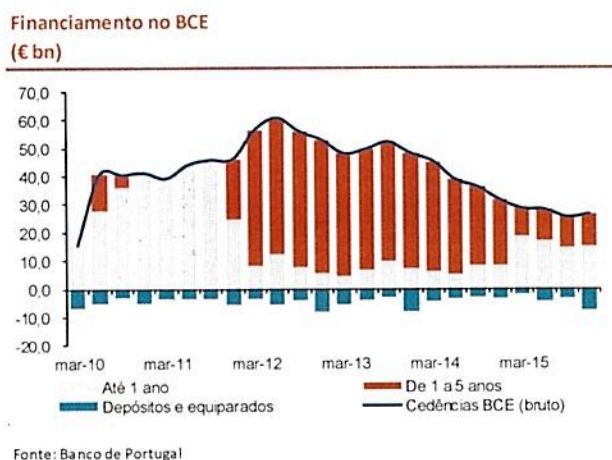
Por outro lado, em Dezembro, e após um processo inconclusivo de venda da participação do Estado, o Banif foi alvo de uma medida de resolução, por parte do Banco de Portugal, ao abrigo da qual parte dos ativos e passivos da instituição foram vendidos ao Banco Santander Totta.

Estas alterações no setor financeiro tiveram repercussões sobre a evolução do stock de crédito, mas em particular no crédito a empresas, já que houve um processo de “carve out” de créditos em situação de incumprimento, assim como de créditos a setores específicos de atividade (como os de construção e atividades imobiliárias). Em consequência, o crédito a empresas acentuou o ritmo de contração no mês de Dezembro, com uma queda anual de cerca de 5%.

Ao longo do ano, os fluxos de novo crédito a particulares aumentaram de forma pronunciada, quase duplicando face aos volumes produzidos em 2014. No entanto, permanecem ainda muito abaixo dos níveis de produção verificados antes da crise e do processo de ajustamento. Ao nível do crédito a empresas, os volumes mantiveram-se estáveis durante quase todo o ano, sendo perceptível um aumento ligeiro no último trimestre do ano.



O setor financeiro nacional continuou a reduzir o financiamento junto do BCE, apesar dos programas de cedência de liquidez e de “quantitative easing” que esta instituição manteve durante o ano. O crescimento dos depósitos de particulares e a redução do crédito permitiram continuar o processo de desalavancagem do setor, que em Setembro tinha um rácio crédito/depósitos de 104%. No final do ano, os bancos nacionais estavam financiados em 26,1 mil milhões de euros (20 mil milhões quando ajustado dos depósitos junto do BCE, o que compara com 27,7 mil milhões no final de 2014).



Governo Societário

1. O capital social da sociedade é integralmente detido pela sociedade Santander AM Holding SL, cuja sede se situa em Boadilla del Monte, Avenida de Cantábria S/N – Ciudad Grupo Santander, registada no Registro Mercantil de Madrid em Hoja M-202065, Tomo 12663, Folio 161, No. (CIF) B-81888216.
2. As ações representativas do capital são todas das mesmas espécies e categoria, conferindo iguais direitos aos respectivos titulares, incluindo o direito de voto e o de participação nos lucros.
Não há, consequentemente, ações privilegiadas de nenhum tipo.

A transmissão de ações entre accionistas é livre. A transmissão de ações a terceiros é limitada pelo direito estatutário de preferência a favor dos accionistas, conferido e regulado no artigo sexto do contrato de sociedade.

Não está consagrado nenhum sistema de participação dos trabalhadores no capital da Sociedade.



3. Sem embargo do exposto no número anterior, nos termos estatutários, é atribuído um voto a cada cem acções.
Para que os accionistas tenham direito a participar na Assembleia Geral devem comprovar o registo ou depósito de, pelo menos, cem acções na sociedade, desde o oitavo dia anterior à data de realização da mesma.

4. Uma vez que o capital está concentrado na titularidade de um único accionista, não existem, naturalmente, acordos parassociais.

5. A Sociedade está organicamente estruturada na modalidade prevista no art. 278º, nº 1. al. a) do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

São órgãos sociais: a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e um Fiscal Único.

Os mandatos dos órgãos sociais têm a duração ordinária de três anos.

O Conselho de Administração reúne, pelo menos, uma vez por trimestre e sempre que for convocado pelo respectivo Presidente ou por dois Administradores.

Não estão conferidos ao Conselho de Administração poderes para deliberar aumentos do capital social da sociedade.

Não estão também definidas regras especiais relativas à nomeação e substituição dos Administradores, bem como quanto a alterações estatutárias, aplicando-se a Lei Geral nestas matérias.

6. Não estão estabelecidos pela sociedade quaisquer acordos cuja entrada em vigor esteja dependente da modificação da composição accionista da sociedade ou que sejam alterados ou cessem na decorrência dela.

No âmbito do normal exercício da actividade, nas suas diversas componentes, há, contudo, contratos que conferem à contraparte o direito de os resolver na eventualidade de ocorrer a mudança de controlo accionista da sociedade, em linha com o que é corrente e comum na prática comercial.

Doutra parte, não existem acordos que confirmam aos titulares da Administração ou a trabalhadores direito à indemnização quando a cessação do vínculo que os liga à Instituição resulte da sua própria iniciativa, de destituição ou despedimento com justa causa ou ocorra na sequência de uma oferta pública de aquisição.

7. A Santander Asset Management, SGFIM, S.A. encontra-se estruturada segundo o seguinte modelo de funcionamento:

Gestão de Investimentos Mobiliários

SANTANDER ASSET MANAGEMENT – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário SA
Sede: Rua da Mesquita, n.º 6, freguesia de São Sebastião da Pedreira 1070-238 Lisboa – Portugal
Tel: 21 370 4000 Fax: 21 370 58 78
Capital Social: € 17.116.510,00 – NIPC : 502.330.597– C.R.C. Lisboa nº 502.330.597 (anterior 1759)

Foi celebrado a 30 de Abril de 2012, um contrato de subcontratação da gestão de activos tal como prevista no artigo 35º do DL 252/2003, entre a Santander Asset Management, SGFIM, S.A e a Santander Asset Management, S.A, SGIIC (adiante SAM Madrid), com sede em Madrid.

Este contrato foi alterado a 17 de Dezembro de 2013, tendo sido retirada do mandato a subcontratação da gestão de activos dos produtos de seguros. Assim, a gestão destes produtos regressou à Santander Asset Management, SGFIM, sem prejuízo de ter sido simultaneamente celebrado um contrato de advisory entre a Santander Asset Management, SGFIM e a Santander Asset Management, S.A, SGIIC para estes produtos. Adicionalmente, este mesmo contrato passou a incluir advisory para carteiras de gestão discricionária.

Foi igualmente celebrado a 17 de Dezembro de 2013 um novo contrato de distribuição com o Banco Santander Totta, SA.

A 26 de fevereiro de 2014 foi celebrado um contrato de subcontratação, para a gama de Fundos Select e Private, entre a SAM, a SAM Madrid e a SAM UK Limited para os fundos Santander Private e Santander Select.

De acordo com o previsto no Regime Geral dos Organismos de Investimento Colectivo, cabe à Santander Asset Management SGFIM SA a definição periódica e regular dos critérios de investimento e respectivas políticas de investimento de cada um dos fundos, mantendo de igual forma o controlo sobre a gestão, podendo proceder aos ajustamentos eventualmente necessários sempre que sejam considerados adequados no interesse dos participantes. Assim, a Santander Asset Management SGFIM SA permanece com toda a capacidade de actuação necessária à prossecução dos melhores interesses de cada um dos fundos e respectivos participantes.

Departamento de Investimento de Carteiras – Tem responsabilidades ao nível da gestão de todas as carteiras de gestão discricionária de clientes do Private Banking do Banco Santander Totta SA em Portugal e de clientes institucionais, nomeadamente a função de decisão sobre os investimentos efetuados. A 17 de Dezembro de 2013, a sociedade assumiu a gestão da carteira de seguros, com advising da SAM Espanha, tendo tido um prazo de implementação de dois meses. As funções de gestão incluem a decisão sobre os investimentos efetuados, o controlo e monitorização de investimentos realizados e igualmente a transmissão e acompanhamento de ordens de execução aos respetivos agentes de mercado.

Departamento Comercial e de Produto – É responsável pela conceção e estruturação de novos Fundos Mobiliários, pela adequação da gama às necessidades do mercado e pelo acompanhamento dos produtos em comercialização.

Assegura também as relações com as entidades comercializadoras e com clientes institucionais.

Gestão de Investimentos Imobiliários

Departamento de Investimento FII – Apoia diretamente o Administrador-Executivo em toda a área referente a investimentos em imóveis, sua gestão e comercialização. De entre esta função avulta a participação ativa na prospeção do mercado imobiliário e na procura de soluções

imobiliárias alternativas, contribuindo assim, com o seu parecer, para a tomada de decisões imobiliárias. Analisa e dá parecer sobre todos os assuntos referentes a imóveis que lhes são submetidos pelo Conselho de Administração. De entre estes, releva-se a prospeção de hipóteses de negócios imobiliários, bem como atos preparatórios das decisões a tomar.

Divisão de Gestão de Imóveis - É nesta área que se concentram todos os assuntos relacionados com a gestão e manutenção de imóveis dos vários Fundos, preparando cadernos de encargos para obras e acudindo às solicitações dos diversos inquilinos, orientando, ainda, diretamente o apoio administrativo nesta área. Tem a responsabilidade pelo acompanhamento e análise de todos os processos relacionados com a avaliação, efetuada por peritos independentes, relacionada com os ativos imobiliários do Fundo.

Divisão de Gestão Operativa de Imóveis - Tem responsabilidade do fornecimento de informação de apoio à gestão de fundos imobiliários. Foca-se essencialmente nos imóveis que compõe as carteiras dos fundos efetuando vários tipos de análises (yields, peso por inquilino, concentração por tipo de imóveis, concentração geográfica, etc...).


Suporte e Controlo

Departamento de Operações – É responsável pelo processamento operacional, o que inclui a movimentação dos fluxos de fundos e carteiras com as outras instituições, pela movimentação dos títulos, pelo correto registo das operações realizadas e pela atualização diária da composição das carteiras de fundos e das carteiras dos mandatos de gestão, e o cálculo diário do valor das unidades de participação para todos os fundos.

Departamento de Controlo de Riscos - É responsável por controlar as atividades da Sociedade em todas as suas vertentes, nomeadamente, realizar o controlo financeiro dos resultados dos Fundos, efetuar o controlo dos procedimentos operativos, controlar os riscos, rácios legais e regulamentares resultantes do funcionamento da sua atividade. É também responsável pela produção da informação apresentada ao Comité de Riscos bem como assegurar o cumprimento de todas as decisões tomadas em Comité de Compliance, nomeadamente o seguimento das alterações legislativas com impacto nos Fundos de Investimento e demais carteiras geridas, pedidos das entidades de Supervisão e respetivo acompanhamento, seguimento dos Relatórios de Controlo e obrigações de reporte.

É responsável ainda pelo acompanhamento das reuniões do Conselho de Administração. No 2º semestre de 2011, foram reforçados os poderes de independência da Departamento de Riscos, passando esta a reportar à Área de Riscos de Global da SAM, reforçando a sua independência perante o Conselho de Administração. Esta solução, recomendada pelo Conselho de Administração, visou salvaguardar a adequada segregação de funções, contribuindo para uma separação precisa entre funções conflituantes.

Área de Assuntos Jurídicos - Presentemente a assessoria jurídica da sociedade é assegurada pela Direcção de Coordenação de Assessoria Jurídica ao Negócio do Banco Santander Totta, que exerce, neste domínio, funções transversais a várias das sociedades do Grupo em Portugal, sem prejuízo de poder recorrer a advogados ou assessoria externa, o que no presente momento ocorre de forma regular.



Área de Contabilidade – É responsável pelo correcto tratamento contabilístico, assim como pela preparação das demonstrações financeiras da sociedade. É responsável também pelo controlo e emissão da informação contabilística e estatística aos órgãos de supervisão e centrais do Grupo. Esta função é assegurada por uma empresa externa subcontratada.

Funções

a) Gestão de Riscos

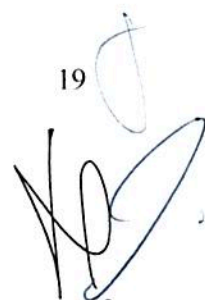
Em 2015 a função de Gestão de Riscos manteve a sua característica de âmbito transversal inerente à inserção em um Grupo. A função está corporizada no Gabinete de Controlo / Função Gestão de Riscos (GCFGR), constituído na orgânica do BST, e mantém uma óptica transversal e de serviço comum, nomeadamente, à SAM, à Santander Pensões, SGFP, SA e ao BST.

A função tem por missão geral assegurar o funcionamento eficiente e adequado do modelo de controlo interno, visando avaliar a relevância dos riscos incorridos e o grau de eficácia das medidas adoptadas para o seu controlo, mitigação e superação. De destacar que, conforme exposto nos pontos anteriores, a sociedade dispõe dos seus próprios sistemas de controlo destinados à avaliação e medida dos riscos os quais são independentes das áreas de que tomam as decisões ou que assumem os riscos.

A FGR foi criada com o mais alto nível de independência, ou seja, sem responsabilidade directa sobre qualquer função de execução ou de controlo de primeira ou segunda linha sobre as actividades a avaliar, ficando assim com toda a capacidade para verificar a aplicação efectiva do sistema de gestão de riscos e o grau de eficácia das medidas adoptadas para o seu controlo, mitigação e superação.

A Administração conferiu a este órgão, os mais amplos poderes na sua aplicação, baseando a sua actividade na lei e na aplicação dos seguintes princípios e deveres:

- Acesso pleno a todas as actividades da instituição bem como a toda informação considerada relevante, nomeadamente aos relatórios de auditoria;
- Independência relativamente às áreas avaliadas;
- Imparcialidade, integridade e objectividade;
- Reserva no uso da informação utilizada e das conclusões obtidas as quais, sem prejuízo dos deveres de informação às autoridades ou supervisores, devem ser apresentadas à Administração;
- Promoção de um adequado e eficiente nível de controlo interno extensível a toda a organização, tendo em consideração os diferentes riscos envolvidos, nomeadamente, os riscos de Crédito, Mercado, Liquidez, Cambial, Taxa de Juro, Liquidação, Operacional, Tecnológico, Cumprimento, Reputacional e Estratégico, sem prejuízo de outros que em juízo da instituição se possam revelar materiais;



- Efectuar a ligação entre a equipa local e as Áreas Corporativas com vista a determinar as melhores práticas e necessidades no que respeita ao desenvolvimento de novas ferramentas e à estimação dos parâmetros de risco;
- Realizar e apresentar ao Conselho de Administração e Conselho Fiscal o Relatório Anual relativo à Função de Gestão de Riscos nos termos regulamentares previstos;
- Realizar todos os relatórios e tarefas que a Administração estime como oportunos.

A actividade desenvolvida pela Função de Gestão de Riscos é documentada num relatório próprio, de periodicidade anual, "Relatório da FGR", datando o último de Maio de 2015. Este documento destina-se a servir de apoio ao Sistema de Controlo Interno, sendo que as principais acções centraram-se no acompanhamento dos controlos e promoção do controlo interno do que se destaca a participação no Comité de Risco com principal foco na supervisão e seguimento de todos os riscos.

Durante 2014 e até ao presente ao GFGR manteve o acompanhamento da actividade procurando avaliar o alcance e efectividade dos controlos e dos processos de mitigação do perfil de Riscos dando cumprimento ao estabelecido pelo art.º 305.º-B do Código de Valores Mobiliários e pelo art.º 115.º-M do RGICSF (Decreto-Lei nº 298/92 de 31 de Dezembro, na sua versão mais actual) quanto a assegurar o regular funcionamento de um sistema de identificação, avaliação e reporte adequado de todos os riscos materiais. Neste processo de seguimento e controlo a FGR participou na estratégia e decisão da gestão de riscos materiais, mantendo a independência e isenção de conflitos de interesses, em conformidade com o estabelecido pelos Reguladores.

b) Compliance / Prevenção de Branqueamento de Capitais

A Sociedade Gestora privilegia, de há muito, a autonomização, seguimento e controlo dos riscos que se traduzem na contingência de incorrer em sanções de carácter legal ou regulamentar, bem como em prejuízos financeiros ou de ordem reputacional, em resultado do incumprimento de quaisquer disposições normativas que lhe sejam aplicáveis, quer de índole legal, regulamentar ou regulatória, e ainda por decorrência da infracção de Códigos de Conduta ou procedimentos em desconformidade com padrões éticos ou boas práticas exigíveis.

Em linha com o procedimento institucionalizado, no decurso de 2015 a função de cumprimento foi exercida de modo transversal na sociedade, em todas as sociedades integrantes do Grupo que, em Portugal é, directa ou indirectamente, dominado pela Sociedade Santander Totta SGPS, SA, e, também, na Santander Pensões-Sociedade Gestora de Fundos de Pensões.


A função foi exercida de forma autonomizada, pela Direcção de Coordenação de Assuntos Institucionais e Cumprimento cujo responsável máximo é o Director de Cumprimento, Dr. João António Cunha Labareda, estruturalmente integrada no Banco Santander Totta, com as atribuições que lhe são próprias:

No que especificamente respeita à sociedade foram integralmente aplicáveis os princípios e procedimentos que caracterizam a actividade da Direcção, destacando-se o seguinte:

- A DCAIC é uma Direcção de primeira linha, com reporte directo e exclusivo à Administração, autónoma de todas as outras áreas, nomeadamente das de negócio.
- A DCAIC está dotada de pessoal próprio, exclusivamente afecto ao exercício das funções cometidas à Direcção de Cumprimento, hierárquica e funcionalmente dependente do respectivo Director.
- A DCAIC, no exercício das suas funções, tem livre acesso a todas as informações e elementos relativos à actividade da Sociedade Gestora que solicite ou de que careça, bem como às instalações e equipamentos da Instituição.
- A DCAIC comunica ilimitadamente com a Administração e, no âmbito das suas atribuições, executa, propõe e recomenda o que entende com vista à prevenção de riscos legais, reputacionais e de cumprimento e, sendo o caso, a reparação das incidências verificadas.
- Sem prejuízo do que adiante se dirá, a DCAIC integra no seu âmbito a Unidade de Prevenção de Branqueamento de Capitais.
- A Sociedade Gestora submete-se ao Código Geral de Conduta, Código de Conduta específico para o Mercado de Valores e Código de Conduta na Relação com os Clientes, do grupo Santander Totta, que fixam os princípios éticos e procedimentos que presidem à actuação das pessoas sujeitas e privilegiam a prevenção e resolução de conflitos de interesses.
O cumprimento do Código de Conduta para o Mercado de Valores é especialmente controlado pela DCAIC, que igualmente apoia e segue o cumprimento do Código Geral.
- Está instituído um procedimento específico para aprovação de Novos Produtos, que visa garantir a verificação prévia de todos os requisitos necessários para que a comercialização opere sem riscos legais, reputacionais e de cumprimento. Do mesmo modo e no quadro dos procedimentos estabelecidos, procede-se também ao seguimento das incidências relevantes detectadas na comercialização dos produtos, em ordem a avaliar o seu significado e, sendo o caso, introduzir medidas de superação ou mesmo decidir a suspensão ou termo da comercialização se as circunstâncias o justificarem.

Complementarmente, e com vista a assegurar de modo mais eficiente e eficaz o controlo do risco de cumprimento foi institucionalizado, desde há muito, um Comité de Cumprimento na sociedade, de funcionamento periódico – em regra, de base mensal – que permite apreciar as práticas instituídas, aferir da sua conformidade com as normas legais e regulamentares aplicáveis, manter a sociedade informada acerca das inovações ocorridas e garantir a sua execução, controlar o cumprimento de obrigações informativas de investimento e outras aplicáveis, tanto na sociedade como dos Fundos por ela geridos, identificar eventuais incidências e, sendo o caso, equacionar e implementar as medidas apropriadas para as mitigar e prevenir. Esse Comité é dirigido e coordenado pela DCAIC, neles tendo participação regular responsáveis da sociedade a diversos níveis, incluindo membros da Administração.

Sem embargo, e em ordem a garantir uma maior eficácia à gestão do risco, a sociedade tem designado um responsável local para o respectivo seguimento e controlo, que articula directamente com a DCAIC e, particularmente, com o seu Director, integrando igualmente o Comité de Compliance.



Em consonância, o Director de Cumprimento apresentou à Administração o relatório da actividade de compliance desenvolvida no período decorrente entre o último relatório (Maio de 2014) e o final de Maio de 2015.

Em corolário do que fica exposto, constata-se que a Sociedade Gestora procede em conformidade com o enquadramento regulamentar da função de compliance, constante do Aviso nº5/2008.

Prevenção de Branqueamento de Capitais

A Sociedade, tem, presentemente, celebrado um acordo com o Banco Santander Totta através do qual o Banco assume, nos termos contratados, o encargo de assegurar os procedimentos de Prevenção de Branqueamento de Capitais e de Financiamento do Terrorismo, o que concretiza através da DCAIC e, dentro dela, da UPBC (Unidade de Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo).

Tal facto é fundamentalmente motivado pela circunstância de a Sociedade não comercializar directamente os Fundos de Investimento que gere, fazendo-o primordialmente através do Banco, pelo que os movimentos de dinheiro correspondentes, são realizados através de contas ali domiciliadas.

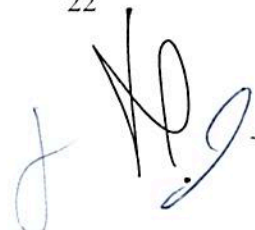
No que respeita à comercialização efectuada por intermédio de outras entidades, é também através de transferências de contas nelas sediadas que se concretiza a subscrição das unidades de participação pelo que, por regra, cabe também a esses comercializadores (apenas instituições bancárias) a operativa de prevenção.

A UPBC (Unidade de Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo) é o órgão no qual é centralizada toda a análise de informação relativa a branqueamento de capitais do conjunto de entidades que, em Portugal é, directa ou indirectamente, dominado pela Sociedade Santander Totta SGPS, SA. Está funcional e hierarquicamente integrada na DCAIC, embora funcione de modo autonomizado, segundo regras, procedimentos e organização próprios, que estão definidos.

As transacções efectuadas pela sociedade no ano de 2015, e com referência a 31 de Maio, não suscitaram a aplicação do dever de exame.

Com referência ao período de 1 de Junho de 2014 a 31 de Maio de 2015 foi elaborado um relatório de prevenção de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, em conformidade com o Aviso do Banco de Portugal nº 9/2012, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração da sociedade.

A Sociedade não efectuou, de modo próprio, comunicações à Procuradoria-Geral da Republica e à Unidade de Informação Financeira.



c) Auditoria Interna

A função de auditoria interna é exercida de modo transversal nas sociedades que, como a Santander Asset Management, integram o Grupo Santander em Portugal

A autoridade da Auditoria Interna procede diretamente do conselho de administração. Os estatutos orgânicos de Auditoria Interna encontram-se aprovados pela Comissão Executiva do Banco Santander Totta, S.A. e publicados, conferindo a autoridade ao desempenho da função de auditoria, salvaguardando a necessária objectividade e independência relativamente às restantes áreas funcionais.

Para desenvolver a sua missão e alcançar os objetivos estabelecidos pela direção, as equipas de Auditoria Interna terão acesso completo, livre e sem restrições a toda a informação. Este acesso abrange documentos, suportes magnéticos e aplicações, tal como lugares físicos e, se for o caso, arquivos físicos, informáticos ou virtuais, assim como a colaboração do pessoal do Grupo ou de pessoal externo ao mesmo, quando seja necessário.

Auditoria Interna é uma função permanente e independente de qualquer outra função ou unidade (terceira linha de defesa), que tem como missão proporcionar ao conselho de administração e à alta direção garantia independente sobre a qualidade e eficácia dos processos e sistemas de controlo interno, de gestão dos riscos (atuais ou emergentes) e de governação, contribuindo assim para a proteção do valor da organização, da sua solvência e reputação. No que respeita à sociedade, são integralmente aplicáveis as funções básicas da Auditoria Interna:


- a eficácia e a eficiência dos processos e sistemas supra citados;
- o cumprimento da normativa aplicável, e os requerimentos dos supervisores;
- a fiabilidade e integridade da informação financeira e operativa.
- a integridade patrimonial.

Auditoria Interna baseará a sua atuação nos seguintes princípios:

- Independência, objetividade e imparcialidade. Todas as opiniões da Auditoria Interna estarão baseadas na análise objetiva dos factos, não alterada por influências, pressões ou interesses de nenhum tipo.
- Integridade, comportamento ético e confidencialidade da informação gerida e das conclusões obtidas. A atuação dos auditores estará de acordo com os princípios e normas de conduta estabelecidos, tanto nos códigos de conduta do Grupo como no Código de Ética de Auditoria Interna, que deverá ser conhecido e aceite, mediante a sua assinatura por todos os seus membros.

Adicionalmente, a Auditoria Interna estabelecerá os procedimentos necessários para prevenir a existência de conflitos de interesse que possam comprometer o desempenho das suas funções e responsabilidades.

- Competência e qualificação profissional dos auditores. Para isso, procurar-se-á a atualização contínua dos seus conhecimentos.



- Qualidade do trabalho, baseado em conclusões fundamentadas, documentadas e suportadas por provas de auditoria, realizadas com uniformidade de critérios, mediante uma metodologia e ferramentas de trabalho comuns e adequadas, e com o devido cuidado profissional.
- Orientação à criação de valor, fazendo relatórios relevantes e verídicos e apoiando a gestão das unidades auditadas com espírito de colaboração e de contribuição de medidas de melhoria.
- Colaboração adequada com o resto de controlos existentes no Grupo.
- Colaboração recíproca adequada com os auditores externos e os outros provedores com atuações na organização, mantendo reuniões periódicas e partilhando com eles os resultados das revisões realizadas e os relatórios de auditoria emitidos.
- Relação fluida com os supervisores.
- Observância dos standards internacionais para o desempenho da função, especialmente as 'Normas Internacionais para a prática profissional de Auditoria Interna' emitidas pelo Instituto de Auditores Internos e os princípios estabelecidos pelo Banco Internacional de Pagamentos de Basileia nesta matéria.

Mantém a Administração regularmente informada das conclusões do seu trabalho, proporcionando informação sobre os principais aspectos detectados que, de algum modo, possam por em causa o sistema de controlo interno existente, com detalhe das principais recomendações e seu adequado seguimento.

O responsável pela função de auditoria interna é o Dr. Ignacio García Márquez, nomeado pela Administração em julho de 2015, que lhe conferiu todos os poderes necessários ao desempenho das suas funções de um modo independente, com livre acesso a toda a informação relevante.

O quadro de Auditoria está composto por 27 pessoas, distribuídas pelas áreas de Riscos Financeiros, Riscos de Crédito, Riscos Operativos e Riscos Tecnológicos, sendo que todos os elementos possuem formação académica superior. Adicionalmente, auditores especializados do Grupo Santander colaboram na realização das auditorias planificadas, sob a supervisão do Director.

Plano de Auditoria

O Plano de Auditorias de 2016 é transversal às sociedades que integram o Grupo Santander em Portugal e foi elaborado com base em prioridades definidas de acordo com uma Matriz de Risco e com os requisitos Regulatórios.



A Matriz de Risco prioriza as unidades do universo de Auditoria, em função do grau de risco que sobre elas recai. Nesta matriz são avaliados os riscos de negócio implícitos às unidades durante o último exercício e outros factores (dimensão da Unidade, último “rating” obtido, grau de implementação das recomendações).

Com base na avaliação de todos estes factores, as unidades do universo de Auditoria são classificadas por níveis de prioridade para a sua revisão através de auditorias. Adicionalmente, devem ser consideradas as auditorias exigidas por requerimentos regulatórios e a verificação do cumprimento da normativa SOX.

Fundos de Investimento

a) Indústria de fundos de investimento

O ano de 2015, e à semelhança dos anos anteriores, ficou marcado por um clima construtivo em termos macroeconómicos, apesar de alguma instabilidade ocorrida ao longo do ano criada por perspectivas menos optimistas no que respeito ao crescimento económico e inflação, provocada pelo abrandamento económico da Chinesa. No entanto, os vários sinais positivos que foram surgindo nas economias desenvolvidas, principalmente da Europa e dos Estados Unidos, contribuíram para atenuar a incerteza e, conseqüentemente, acabou por potenciar a valorização da generalidade das classes de activos, com especial destaque para a valorização dos mercados accionistas.

Ao longo do ano de 2015, assistiu-se a um crescimento dos volumes em Fundos de Investimento Mobiliário no montante de 244,1 milhões, quando excluído o resgate por parte do Grupo Santander Totta, decorrente da entrada em vigor da *Volckers Rule*, da posição que detinha no fundo Santander Multiobrigações no montante de € 340 milhões.

O total de ativos sobre gestão em Fundos de Investimento Mobiliário no final de 2015 era de 1,574 mil milhões, correspondente a uma quota de mercado de 13,2%.

O crescimento registado na Gama de Fundos Santander Select / Private foi de 336,2 milhões de euros. Esta gama liderou o crescimento de fundos da sociedade em 2015 e o volume total ascende a 631,3 milhões de euros.

No final do ano, os Fundos de Investimento Mobiliário geridos pela Santander Asset Management representavam uma quota de mercado de 13,2%, totalizando 1.574 milhões de euros.

No que respeita aos Fundos de Investimento Imobiliário, a melhoria das rendibilidades obtidas foram reflexo da situação económica mais positiva em Portugal em geral, e no mercado imobiliário, em concreto. Reflexo dessa melhoria de condições a compressão das yields o que quase anulou as desvalorizações ocorridas nos imóveis frutos das reavaliações solicitadas.

Manteve-se no ano de 2015, a gestão ativa do património dos Fundos através das seguintes medidas: i) de preservação e manutenção dos contratos de arrendamento existentes através da

renegociação dos mesmos; ii) concretização novos contratos de arrendamento (imóveis com valor venal de €11,0 milhões) e iii) manutenção do elevado montante de vendas (€41,2 milhões em 2014 e €32.3 milhões em 2015).

No final de 2015, os Fundos Imobiliários geridos pela Santander Asset Management totalizaram 479 milhões de euros, representando cerca de 4,3% de quota de mercado.

Gestão de Patrimónios

Na gestão de patrimónios, as carteiras sob gestão registaram uma diminuição de volume de cerca de 14%, totalizando 4.406 milhões de euros no final do ano de 2015.

Factos relevantes

No decurso do ano de 2013, deu-se uma alteração na estrutura acionista da SAM em virtude da qual, a totalidade do capital social desta sociedade passou a ser detido pela Santander AM Holding, S.L.

Aquando da referida operação, foi desenhado, e, aliás, apresentado juntos dos vários reguladores em Portugal, um conjunto de objetivos e projeções financeiras para os ultiores exercícios da SAM.

No seguimento da referida alteração ocorrida em 2013, é expectável que no decurso do ano de 2016 exista um alinhamento dos negócios de gestão de activos em Portugal com o modelo adotado noutras geografias em que o Grupo Santander está presente. Assim, a actual Santander Asset Management ficará responsável pela gestão dos Fundos Imobiliários e será constituída uma nova Sociedade Gestora (SGFIM), detida pela SAM Investment Holdings, que será responsável pela gestão dos Fundos de Investimento Mobiliários e das Carteiras de Gestão Discricionária por conta de outrem. As carteiras de seguros financeiros da Santander Totta Seguros passarão a ser geridas por esta própria entidade, com advising da nova sociedade, para parte da carteira, e da Santander Asset Management Espanha para a restante carteira. Estas alterações estão sujeitas, nos casos aplicáveis, à aprovação prévia pelas Entidades de Regulação.

Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que o resultado líquido do exercício, no montante, de 67.116,38€ tenha a seguinte aplicação:

Resultados Transitados	60.404,74€
Reserva Legal	6.711,64€

Remuneração dos Órgãos de Administração

1. Política de Remunerações aplicável no exercício de 2015

Por proposta da comissão de vencimentos, a Assembleia Geral, na sua reunião de 29 de maio de 2014 aprovou a declaração de política de remunerações que a seguir se transcreve.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO DA SANTANDER asset management - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 115.º-C, do Regime Geral das Instituições de Crédito (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro), no artigo 2.º, n.º 1, da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho e no artigo 16.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 29 de Dezembro, é submetida à aprovação da Assembleia Geral da sociedade, na reunião anual da Assembleia Geral de aprovação das contas do exercício de 2014, a política de remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Santander Asset Management - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. a vigorar no ano 2015 (a “Sociedade” ou a “Asset Management”), nos termos seguintes:

I. Enquadramento

A política remuneratória da Asset Management enquadra-se nas diretrizes definidas pelo accionista de referência da Sociedade para todo o Grupo Santander, as quais são formuladas, com a participação de consultores externos, de acordo com as melhores práticas existentes no sector. O Grupo Santander detém mais de 99% do respectivo capital daquela sociedade.

A política de remuneração dos membros dos órgãos de Administração e de Fiscalização é anualmente revista e aprovada. Na respectiva definição, foram formuladas propostas e preparadas recomendações destinadas a assegurar que as remunerações são adequadas e refletem o perfil de risco e os objetivos de longo prazo da Sociedade.

A atual Comissão de Vencimentos foi eleita para um mandato de três anos, na reunião da Assembleia Geral de 29 de março de 2013, com a seguinte composição:

Pedro Aires Coruche Castro e Almeida

Maria Isabel da Silva Marques Abranches Viegas
Natália Maria Castanheira Cardoso Ribeiro Ramos

II. Política do Grupo Santander

Estando a política remuneratória a seguir necessária e fortemente integrada na política do Grupo Santander, importa referir o contexto extremamente competitivo em que se desenvolve a atividade deste e a circunstância de a concretização dos seus objetivos depender, em larga medida, da qualidade, da capacidade de trabalho, da dedicação, da responsabilidade, do conhecimento do negócio e do compromisso face à instituição, por parte de quem desempenha funções chave e que lidera a organização.

Estas são as premissas que determinam, de forma geral, a política de remuneração do Grupo, em especial dos administradores executivos, e que permitem atrair e reter os talentos na organização, tendo presente o âmbito global do mercado em que opera.

Consequentemente, a política de remuneração dos administradores tem, como já no passado tinha quanto aos administradores executivos, os seguintes objetivos:

- assegurar que a remuneração total e a respectiva estrutura (constituída pelas diferentes componentes de curto, médio e longo prazo) são competitivas com a prática do sector financeiro internacional e coerentes com a filosofia de liderança do Grupo;
- manter uma componente fixa equilibrada face à componente variável, a qual se encontra indexada à realização de objetivos concretos, quantificáveis e alinhados com os interesses dos acionistas.

No caso da remuneração referente ao desempenho de funções não executivas, a política de remuneração visa igualmente compensar a dedicação, qualificação e a responsabilidade exigidas para o desempenho da função.

Já em 2010, foi criado, ao nível do Grupo Santander, o Comité de Avaliação de Riscos nas Retribuições, cujos membros são pessoas de reconhecida competência e imparcialidade, com vista a avaliar a qualidade dos resultados, riscos incorridos e cumprimento de objetivos.

Acresce que o Grupo contou com a assistência da consultora Towers Watson na definição da sua política de remuneração.

Assim, o Grupo, prosseguindo o que tem vindo a ser a sua prática, continuará a alinhar a sua política de remuneração com as melhores práticas do mercado, antecipando, em termos gerais e na medida adequada, as preocupações manifestadas na regulamentação portuguesa.

III. Princípios orientadores da política de remuneração na Santander Asset Management

Em conformidade com o exposto, os princípios gerais orientadores da fixação das remunerações são os seguintes:

- a) Simplicidade, clareza, transparência e alinhamento com a cultura da sociedade, tendo igualmente em conta o Grupo em que se insere;
- b) Consistência com uma gestão e controlo de risco eficazes para evitar a exposição excessiva ao risco e a conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência com os objetivos, valores e interesses de longo prazo da sociedade, cuja capacidade de reforço da base de fundos próprios se preserva, e dos seus colaboradores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;
- c) Competitividade, tendo em consideração as práticas do mercado e a equidade, sendo que a prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- d) Alinhamento com as melhores práticas e tendências recentes no sector financeiro, a nível nacional e internacional, com o objetivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos, nomeadamente através: i) da criação de limites máximos para as componentes da remuneração, que devem ser equilibradas entre si; ii) do diferimento no tempo de uma parcela da remuneração variável; iii) do pagamento de parte da remuneração variável em instrumentos financeiros;
- e) Apuramento da remuneração variável individual considerando a avaliação do desempenho respectivo, com base em critérios de natureza financeira e não financeira, de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados da Sociedade, também por comparação com outras entidades internacionais do sector;
- f) Sujeição da cessação antecipada de contratos ao regime legal vigente em cada momento;
- g) Inexistência de seguros de remuneração ou de outros mecanismos de cobertura de risco tendentes a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerentes às modalidades de remuneração adotadas.

IV. Componentes da política de remuneração

De acordo com os princípios antecedentes, assume-se o seguinte:

- a) A política de remuneração dos titulares dos órgãos sociais enquadra-se nas diretrizes do Grupo, as quais foram formuladas de acordo com as melhores práticas existentes no sector;
- b) Neste contexto, sem prejuízo da inexistência de Comissão Executiva como tal constituída, distingue-se entre Administradores que exercem funções executivas na sociedade e os que não exercem;
- c) Relativamente aos que não exercem funções executivas não há lugar a remuneração sendo a que recebem, no Grupo, proveniente do exercício de funções noutras sociedades. Em consequência, as regras de remuneração a seguir referenciadas apenas são aplicadas aos Administradores com funções executivas;
- d) As diretrizes do Grupo refletem-se ainda no processo de avaliação dos administradores executivos existentes que, em síntese, é o seguinte:
 - (i.) O Presidente do Conselho de Administração é avaliado pelo conjunto das funções exercidas no Grupo, sendo a avaliação efetuada pelo responsável da SAM Investment Holdings Limited;
 - (ii.) O outro Administrador Executivo é avaliado pelo Presidente do Conselho de Administração e pelo responsável da área Corporativa Gestão de Activos Imobiliários do Grupo Santander;
- e) O Fiscal Único é remunerado pela prestação de serviços de Revisor Oficial de Contas, em montante fixo, determinado em linha com os critérios e práticas utilizados nas restantes sociedades do Grupo, atenta a dimensão do negócio e do mercado em Portugal;
- f) Tendo em consideração o definido no Grupo, o rácio máximo entre o valor de todas as componentes da remuneração variável e o valor total da remuneração fixa não pode ser superior a 200%.

1. Remuneração fixa

- a) A remuneração fixa é paga 14 vezes por ano;

- b) A remuneração fixa dos administradores executivos é determinada tendo em conta os critérios utilizados no Grupo, a avaliação de desempenho e as referências do mercado, salvaguardadas as diferentes especificidades e dimensões;
- c) A remuneração fixa dos administradores executivos tem os limites que forem fixados anualmente pela Comissão de Vencimentos, não se prevendo que represente, em 2015, parcela inferior a 58% da remuneração total.

2. Remuneração Variável

- a) A remuneração comporta igualmente uma componente Variável, de atribuição não garantida, sujeita a diferimento parcial do respetivo pagamento, visando o equilíbrio entre o curto e o médio prazo;
- b) Tendo presente o definido no ponto IV, alínea f), a remuneração variável é adequadamente equilibrada face à remuneração fixa;
- c) De forma a objetivar e tornar mais transparente o processo de determinação da remuneração variável, esta tem em conta os objetivos quantitativos e qualitativos da Sociedade, bem como os respetivos indicadores previstos no Plano Estratégico que são definidos anualmente pelo Grupo;
- d) A ponderação da consecução dos objetivos estratégicos definidos pelo e para a Sociedade, seja em termos absolutos, seja por comparação com outras entidades do sector, para efeitos de fixação da remuneração variável, permite promover um adequado alinhamento com os interesses de médio e longo prazo da Sociedade e dos seus acionistas;
- e) No caso de serem imputados à Sociedade, por acionistas ou por terceiros, responsabilidade por atos de gestão, a remuneração variável poderá, mediante decisão dos acionistas, ser suspensa até ao apuramento de tais pretensões e, no caso de serem consideradas procedentes, não será atribuída a respetiva remuneração enquanto não estiverem liquidados tais danos.

2.1. Remuneração variável anual

- a) Como elemento da remuneração variável, estabelece-se um prémio de desempenho da Empresa, vinculado a objetivos, dependente de avaliação anual, com reflexo no ano em curso e nos seguintes, através do qual são pagas prestações em dinheiro e atribuídas ações do Banco Santander;

- b) A determinação do valor do prémio de desempenho tem por base os seguintes critérios: i) 75% dependem dos resultados após impostos da Sociedade (55%) e do Grupo (20%) e ii) 25% dependem do cumprimento da eficiência no uso do capital (Return on Risk Weighted Assets) da Sociedade (15%) e do Grupo (10%);
- c) A aplicação dos critérios acima referidos para a atribuição do prémio de desempenho é ajustada pela ponderação i) do desempenho individual, tendo em conta os resultados quantitativos individuais alcançados, bem como ii) de factores qualitativos adicionais, designadamente a adequada gestão do risco e do consumo eficiente de capital; a comparação com os resultados de entidades concorrentes; a comparação do nível de satisfação dos clientes face a entidades concorrentes; a evolução do core capital, do capital económico do Grupo, do balanço e de outros fatores relevantes de gestão;
- d) O prémio de desempenho destina-se a compensar a consecução de resultados anuais e o desempenho individual, podendo variar em função do grau de cumprimento dos objetivos, entre 0% e um valor que em 2015 se estima não superior a 150% do valor do prémio de desempenho da Empresa pago no ano anterior;
- e) O pagamento do prémio de desempenho é diferido em 40% do seu valor no que respeita à generalidade dos administradores executivos, podendo, em situações específicas, atingir 50%;
- f) O valor da parte não diferida é pago metade em ações e metade em dinheiro;
- g) O pagamento da parte diferida é determinado em função dos resultados obtidos num período de três anos e sujeito à verificação cumulativa das seguintes condições: i) permanência na empresa durante um dado período estabelecido; ii) preservação do nível de desempenho financeiro do Grupo Santander durante o triénio de referência; iii) não ocorrência de variações significativas do capital económico ou do perfil de risco do Grupo ; iv) cumprimento das normas internas, incluindo as relativas a riscos, aprovadas anualmente pelo Grupo;
- h) Metade do montante do diferimento é pago em ações e outra metade em dinheiro, sendo o pagamento desta parte feito em três parcelas, durante os três anos subsequentes, ficando dependente do preenchimento das condições referidas supra, em g);
- i) As ações atribuídas não beneficiam de qualquer contrato de cobertura de risco e ficam, até ao termo dos seus respetivos mandatos, sujeitas a condição de manutenção, até que o seu valor perfaça duas vezes o montante da remuneração total (sem prejuízo da possibilidade de alienação de ações necessária ao pagamento de impostos resultantes do benefício inerente a essas mesmas ações);

2.2. Remuneração variável plurianual

- a) Como elemento da remuneração variável plurianual, a Sociedade poderá fixar para 2015 um Incentivo de Longo Prazo individual, sendo este determinado pela aplicação de uma percentagem, que poderá ir até 20%, do valor de referência do prémio de desempenho de 2015.

A determinação concreta do ILP será feita pela Comissão de Vencimentos de acordo com os critérios gerais aplicáveis no quadro do Grupo Santander e que consta do documento anexo a esta Política.

A atribuição do ILP não poderá em nenhuma circunstância implicar que as componentes variáveis da remuneração sejam superiores a 200% da componente fixa da remuneração.

- b) A entrega do Incentivo de Longo Prazo individual fica ainda sujeita à verificação cumulativa das seguintes condições: i) permanência na Empresa durante o dado período estabelecido; ii) preservação do nível de desempenho financeiro do Grupo durante o prazo de diferimento; iii); cumprimento das normas internas, especialmente as relativas a riscos; iv) ausência de reformulação material dos elementos financeiros do Grupo imposta pelos auditores externos, exceto se em resultado da modificação de normas contabilísticas; v) inexistência de variações significativas do capital económico ou do perfil de risco do Grupo;
- c) No limite, pode não haver lugar a atribuição de quaisquer ações;
- d) As ações atribuídas não beneficiam de qualquer contrato de cobertura de risco e ficam, até ao termo dos mandatos dos respetivos beneficiários, sujeitas a condição de manutenção, até que o seu valor perfaça duas vezes o montante da remuneração total (sem prejuízo da possibilidade da alienação de ações necessárias ao pagamento de impostos decorrentes do benefício inerente a essas ações).

2.3. Identificação da parcela diferida e da já paga

Da remuneração variável de 2012, encontra-se por pagar um terço da remuneração variável diferida

Da remuneração variável de 2013, encontram-se por pagar dois terços da remuneração variável diferida.

Da remuneração variável de 2014, foi paga em 2015 a parte não sujeita a diferimento. O pagamento do remanescente encontra-se diferido por três anos.

3. Montantes pagos por outras sociedades em relação de domínio ou relação de grupo com a Santander Asset Management

Os montantes pagos aos administradores, por outras sociedades que, tal como a Asset Management, estão em relação de domínio ou de grupo com o Grupo Santander totalizam um valor global de 193 mil euros.

V. Benefícios

Os dois administradores executivos com contrato de trabalho com o Banco Santander Totta, S.A. e não obstante a suspensão do referido contrato, beneficiam de um seguro de saúde e das vantagens resultantes da regulamentação coletiva aplicável aos trabalhadores, incluindo o recurso ao crédito à habitação.

Um daqueles administradores executivos com contrato de trabalho com o Banco Santander Totta, S.A., encontra-se igualmente abrangido por plano complementar de reforma estabelecido pelo Grupo para todos os seus quadros diretivos e cujos termos foram aprovados pelos Conselhos de Administração das diversas Sociedades do Grupo, não tendo, nessas deliberações, votado os administradores beneficiários de tal plano.

VI. Aspetos complementares

Não se prevê a atribuição de planos de opções em 2015.

Atento o disposto no número 5. do artigo 403.º do Código das Sociedades Comerciais, não estão definidas nem se propõe introduzir limitações estatutárias à indemnização por cessação antecipada de funções dos titulares de órgãos sociais.

Não é previsível que, durante o ano 2015, venham a ser pagas quaisquer indemnizações por cessação antecipada de funções dos titulares de órgão sociais.

VII. Cumprimento das políticas de remuneração definidas pelo Banco de Portugal

Esta política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade está na sua globalidade em linha com os princípios insitos no Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 26 de Dezembro (Diário da República, 2ª Série, de 9 de Janeiro de 2012), pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objetivos de médio e longo prazo da Sociedade.

Desta forma, a determinação da remuneração total dos membros daqueles órgãos, composta por parte fixa e parte variável, bem como a articulação destas duas componentes, tal como explicitado na presente Declaração, permitem concluir pela adoção, na generalidade, das regras constantes do Capítulo II. do referido Aviso, o qual constitui manifestamente o seu núcleo base.

Acresce a circunstância da Santander Asset Management estar integrada no Grupo Santander, que nela detém mais de 99% do capital, o que implica a necessária coerência das respectivas políticas corporativas, as quais por sua vez e atenta a natureza global do Grupo, respeitam as regulamentações internacionais na matéria.

Lisboa, 30 de março de 2015

Anexo I

Critérios de determinação do ILP

- a) Para determinação do ILP aplicar-se-á uma percentagem, que poderá atingir até 20%, sobre valor de referência do prémio de desempenho de 2015, de acordo com as seguintes métricas e escalas de cumprimento de objetivos:

1. Escala aplicável ao BPA do Grupo Santander no exercício de 2015 com relação ao orçamentado para o referido exercício:

BPA em 2015 (% sobre do BPA 2015 orçamentado)	“Coeficiente BPA 2015”
≥ 90%	1
> 75% mas < 90%	0,75 – 1 (*)
≤ 75%	0

(*) Incremento linear do Coeficiente BPA em 2015 em função da percentagem concreta que o BPA de 2015 represente sobre o orçamento dentro desta escala.

2. Escala aplicável ao ROTE do Grupo Santander em 2015 em relação ao orçamento do referido exercício:

ROTE em 2015 (% sobre o ROTE 2015 orçamentado)	“Coeficiente ROTE 2015”
≥ 90%	1
> 75% mas < 90%	0,75 – 1 (*)
≤ 75%	0

(*) Incremento linear do Coeficiente ROTE 2015 em função da percentagem concreta que ROTE de 2015 represente sobre o orçamento dentro desta escala.

Para determinar o Valor Previsto do ILP, que corresponda a cada beneficiário aplicar-se-ão o Coeficiente do BPA 2015 e o Coeficiente do Rote 2015 resultantes das anteriores escalas à percentagem correspondente valor de referência do seu prémio de desempenho de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Valor Previsto do ILP} = \text{Valor. Ref.} \times (0,5 \times \text{Coeficiente BPA 2015} + 0,5 \times \text{Coeficiente ROTE 2015})$$

“Valor Ref.” é o valor que resulte da aplicação da percentagem de até 20% (que será determinado pelo Conselho de Administração, sob proposta da Comissão de Retribuições, do Banco Santander S.A. em função do orçamento do grupo e país) ao valor de referência do prémio de desempenho do beneficiário.

O Valor Previsto de ILP ficará diferido integralmente durante 3 anos (2016,2017 e 2018, e a sua atribuição e valor estarão vinculados ao cumprimento de determinados objetivos definidos para o período 2015-2017 (os “Objetivos Plurianuais”), e às restantes condições do plano. Assim o valor a entregar, e em consequência o número final de ações que se entregue a cada beneficiário calcular-se-á partindo do Valor Previsto do ILP e tendo em conta : O grau de cumprimentos dos Objetivos plurianuais ; ii) o resultado da aplicação dos impostos ou retenções que corresponda e iii) a Cotização 2016.

b) O Valor Previsto do ILP de cada beneficiário será diferido durante um período de 3 anos e entregar-se-á no início do exercício de 2019 (“**Data de Pagamento do ILP**”) em função do cumprimento dos objetivos plurianuais e das restantes condições do plano.

Os “Objectivos Plurianuais”, as suas métricas e escalas de cumprimento são as seguintes:

(i) Comportamento relativo do crescimento do BPA do Grupo Santander no período de 2015-2017 em relação com um grupo de referência de 17 entidades de crédito (o “**Grupo de Referência**”).

Entender-se-á por crescimento do BPA a relação percentual entre o benefício por ação de acordo com os estados financeiros anuais consolidados iniciais e finais no período de comparação (isto é, os estados financeiros consolidados encerrados entre 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2017, respetivamente.)

Posição do crescimento do BPA do Santander 2015-2017	“Coeficiente BPA”
Do 1º ao 5º	1
6º	0,875
7º	0,75
8º	0,625
9º	0,50
10º -18º	0

O Grupo de Referência estará formado pelas seguintes entidades: Wells Fargo, JP Morgan Chase, HSBC, Bank of America, Citigroup, BNP Paribas, Lloyds, UBS, BBVA, Barclays, Standard Chartered, ING, Deutsche Bank, Société Générale, Intesa SanPaolo, Itaú-Unibanco e Unicredito.



(ii)ROTE do exercício 2017 do Grupo Santander:

ROTE em 2017 (%)	“Coeficiente ROTE”
≥ 12%	1
> 11% pero < 12%	0,75 – 1 (*)
≤ 11%	0

(*) Incremento linear do Coeficiente ROTE 2015 em função da percentagem concreta, dentro desta escala, do ROTE do Grupo Santander no exercício de 2017.

(iii)Satisfação dos colaboradores, medida pela inclusão ou não da correspondente sociedade do Grupo em 2017 entre o “Top 3” dos melhores bancos para trabalhar.

Para efeitos desta métrica, a escala de cumprimento difere para os beneficiários que desenvolvem as suas funções num país concreto e os que desenvolvem as suas actividades para o grupo em Geral ou para unidades em que não é possível individualizar esta medição.

1. Escala de cumprimento ao nível do país:

Posição entre os melhores bancos para trabalhar em 2017	“Coeficiente Colaboradores”
1º a 3º	1
4º o posterior	0

2. Escala de cumprimento ao nível do Grupo Santander:

Nº de Mercados Principais em que Santander se situa no Top 3 dos melhores bancos para trabalhar em 2017	Coeficiente Colaboradores
6 ou mais	1
5 ou menos	0

Para este efeito, os “**Mercados Principais**” do Grupo Santander são: Alemanha, Argentina, Brasil, Chile, Espanha, Estados Unidos, México, Polónia, Portugal e Reino Unido.

(iv) Satisfação dos clientes, medida pela inclusão ou não da correspondente sociedade do Grupo em 2017 entre o “Top 3” dos melhores bancos no índice de satisfação dos clientes.

Para efeitos desta métrica, a escala de cumprimento difere para os beneficiários que desenvolvem as suas funções num país concreto e os que desenvolvem as suas atividades para o grupo em Geral ou para unidades em que não é possível individualizar esta medição.

1. Escala de cumprimento ao nível do país:

Posição entre os melhores bancos face ao índice de satisfação dos clientes em 2017	“Coeficiente Clientes”
1º a 3º	1
4º ou posterior	0

2. Escala de cumprimento ao nível do Grupo Santander:

Nº de Mercados Principais em que o Santander se situa em 2017 no Top 3 dos melhores bancos no índice de satisfação de clientes	Coeficiente Clientes
10	1
Entre 6 e 9	0,2 – 0,8 (*)
5 ou menos	0

(*) Incremento linear do Coeficiente Clientes, de modo que, dentro desta escala, o coeficiente se incremente em 0,2 por cada Mercado Principal adicional no qual o índice de satisfação do cliente se situa no Top 3.

(v) Vinculação de clientes, tendo em conta que os objectivos do Grupo Santander são que a 31 de dezembro de 2017 existam 17 milhões de clientes particulares vinculados e 1,1 milhões de para PME's e empresas.

Para efeitos desta métrica, as escalas de cumprimento diferem para os beneficiários que desenvolvem as suas funções num país concreto e os que desenvolvem as suas actividades para o grupo em Geral ou para unidades em que não é possível individualizar esta medição.

1. Escalas de cumprimento a nível do país:

Clientes particulares vinculados (% sobre orçamento para o mercado correspondente)	“Coeficiente Particulares”	Clientes PME's e empresas vinculados (% sobre orçamento para o mercado correspondente)	“Coeficiente Empresas”
≥ 100%	1	≥ 100%	1
> 90% mas < 100%	0,5 – 1 (*)	> 90% mas < 100%	0,5 – 1 (*)
≤ 90%	0	≤ 90%	0

(*) Incremento linear do Coeficiente Particulares e do Coeficiente Empresas em função da percentagem concreta, dentro de cada escala, que o número de clientes vinculados de cada tipo represente a 31 de dezembro de 2017 sobre o orçamento.

2. Escalas de cumprimento a nível do Grupo Santander:

Clientes particulares vinculados (milhões)	Coeficiente Particulares	Clientes PME's e empresas vinculados (milhões)	Coeficiente Empresas
≥ 17	1	≥ 1,1	1
> 15 pero < 17	0,5 – 1 (*)	> 1 pero < 1,1	0,5 – 1 (*)
≤ 15	0	≤ 1	0

(*) Incremento linear do Coeficiente Particulares e do Coeficiente Empresas em função do número de clientes vinculados de cada tipo a 31 de dezembro de 2017.

A partir das métricas e escalas de cumprimento anteriormente indicadas e dos dados correspondentes a finais de 2017, o valor da atribuição do ILP de cada beneficiário (**Valor de Atribuído do ILP**) determinar-se-á de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Valor Atribuído do ILP} = \text{Valor.} \times (0,25 \times A + 0,25 \times B + 0,2 \times C + 0,15 \times D + 0,075 \times E1 + 0,075 \times E2)$$

Sendo:

1. “**Valor**” é o Valor Previsto do ILP para o beneficiário.
2. “**A**” é o Coeficiente do BPA que resulte, de acordo com a escala definida no ponto (i) em função do comportamento durante o período 2015-2017 do crescimento do BPA do Grupo Santander, por comparação com o Grupo de Referência.
3. “**B**” é o Coeficiente do ROTE que resulte, de acordo com a escala definida no ponto (ii) em função do comportamento durante o exercício de 2017 do Grupo Santander, ajustado, em cada caso, nos termos indicados no definido no ponto (ii) anterior.
4. “**C**” é o Coeficiente Colaboradores que resulte, de acordo com a escala definida no ponto (iii) anterior em função do posicionamento do Santander entre os melhores bancos para trabalhar.
5. “**D**” é o Coeficiente Clientes que resulte, de acordo com a escala definida no ponto (iv) anterior em função do posicionamento do Santander no índice de satisfação dos clientes.
6. “**E1**” é o Coeficiente Particulares que resulte, de acordo com a escala definida no ponto (v) anterior relativamente aos clientes particulares vinculados.
7. “**E2**” é o Coeficiente Empresas que resulte, de acordo com a escala definida no ponto (v) anterior relativamente aos clientes PME’S e empresas vinculados.

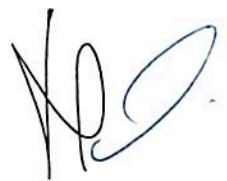
O período para medição do ILP finaliza a 31 de dezembro de 2018 e, em consequência as condições do plano deverão cumprir-se até ao fim do referido período, sem prejuízo das métricas anteriormente indicadas estejam referidas para o período de 2015- 2017.

2. Remuneração e Outros Benefício Atribuídos aos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

A presente informação é prestada para dar cumprimento ao disposto no artigo 3.º da Lei 28/2009, de 19 de Junho, e no artigo 17.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 29 de Dezembro (Diário da República, 2.ª Série, de 9 de Janeiro de 2012), na parte que se refere à divulgação do montante anual de remuneração auferida pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização.

A remuneração individual paga e diferida relativa a 2015 constam do quadro abaixo.

SANTANDER ASSET MANAGEMENT – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário SA
Sede: Rua da Mesquita, n.º 6, freguesia de São Sebastião da Pedreira 1070-238 Lisboa – Portugal
Tel: 21 370 4000 Fax: 21 370 58 78
Capital Social: € 17.116.510,00 – NIPC : 502.330.597– C.R.C. Lisboa nº 502.330.597 (anterior 1759)



Remuneração Anual

(montantes expressos em mEuros)

Remuneração dos Órgãos de Administração

No cumprimento do definido no art.º 3 da Lei nº 28/2009, de 19 de Junho, presta-se informação relativamente às remunerações auferidas em 2015, pelos membros do Conselho de Administração:

Conselho de Administração

Nome	Remuneração		Prémio desempenho 2015 retido por um ano
	fixa	variável	
Joaquim Calça e Pina	100	16	17
José Neves	85	19	18
	185	35	34

A parcela pecuniária e em ação da remuneração referente ao exercício de 2015 diferida é a seguinte:

Nome	Prémio desempenho de 2015 diferido					
	2017		2018		2019	
	Acções	Pecuniário	Acções	Pecuniário	Acções	Pecuniário
Joaquim Calça e Pina	895	4	895	4	895	4
José Neves	1 058	4	1 058	4	1 057	4

A parcela entregue e diferida referente ao exercício de 2014 é a seguinte:

Prémio desempenho de 2014 entregue em Fevereiro 2016				
Nome	Juros	Dividendos	Pecuniário	Acções
Joaquim Calça e Pina	0,010	0,2	4	661
José Neves	0,014	0,2	5	808
	0,023	0,4	9	1 469

Prémio desempenho de 2014				
Nome	a entregar em 2017		a entregar em 2018	
	Acções	Pecuniário	Acções	Pecuniário
Joaquim Calça e Pina	661	4	660	4
José Neves	808	5	808	5
	1 469	9	1 468	9

A parcela entregue e diferida referente ao exercício de 2013 é a seguinte:

Prémio desempenho de 2013 entregue em Fevereiro 2016				
Nome	Juros	Dividendos	Pecuniário	Acções
Joaquim Calça e Pina	0,031	0,5	4	569
José Neves	0,030	0,5	4	551

Prémio desempenho de 2013		
Nome	a entregar em 2017	
	Acções	Pecuniário
Joaquim Calça e Pina	569	4
José Neves	551	4

A parcela entregue e diferida referente ao exercício de 2012 é a seguinte:

Prémio desempenho de 2012 entregue em Fevereiro 2016				
Nome	Juros	Dividendos	Pecuniário	Acções
Joaquim Calça e Pina	-	-	-	-
José Neves	0,076	0,9	4	567

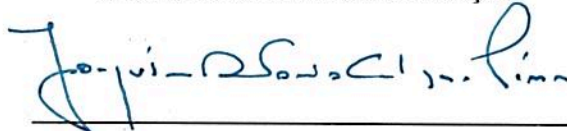
Notas finais

O Conselho de Administração quer reconhecer e agradecer a todos os que contribuíram directa ou indirectamente para os resultados verificados, nomeadamente:

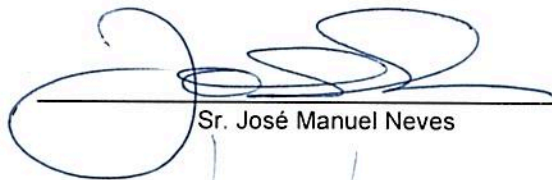
- Ao Banco Santander Totta, por todo o seu contributo e empenhamento;
- Aos colaboradores da empresa pela sua dedicação e esforço;
- Às entidades de supervisão, nomeadamente CMVM e Banco de Portugal e à Associação do Sector, APFIPP, pelo apoio prestado nas frequentes relações mútuas;
- Aos órgãos sociais da empresa, revisores oficiais de contas e auditores externos, pela forma interessada como sempre cumpriram as suas funções.

Lisboa, 31 de Março de 2016

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Dr. Joaquim António Aires Mateus De Calça E Pina (Presidente)



Sr. José Manuel Neves



Don Javier Seirullo Salas

SANTANDER ASSET MANAGEMENT - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO, S.A.


BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	31-12-2015		31-12-2014		Notas	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	31-12-2015	31-12-2014
	Valor antes de imparidade e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido	Valor líquido					
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3	825.771	-	825.771		Passivos por impostos correntes	8	336.975	387.240
Aplicações em instituições de crédito	4	25.051.096	-	25.051.096		Passivos por impostos diferidos	8	532	1.262
Ativos financeiros disponíveis para venda	5	282.922	-	282.922		Provisões	9	1.075.916	289
Outros ativos tangíveis	6	2.795.616	2.675.759	119.857		Outros passivos	10	4.237.678	3.416.450
Ativos intangíveis	6	2.033.149	2.000.508	32.641				5.651.101	3.805.241
Outros ativos	7	3.995.450	-	3.995.450					
Ativos por impostos correntes	8	1.269.299	-	1.269.299		Capital subscrito	11	17.116.510	17.116.510
Ativos por impostos diferidos	8	-	-	-		Prémios de emissão	12	2.234.344	2.234.344
						Outros instrumentos de capital	13	13.846.251	13.846.251
						Reservas e resultados transferidos	14	(7.338.286)	(7.878.662)
						Resultado líquido do exercício		67.116	542.150
								25.925.935	25.860.593
Total do Ativo		36.253.303	4.676.267	31.577.036		Total do Passivo e do Capital Próprio		31.577.036	29.665.834

Contas extrapatrimoniais	16	2.967.580.251	2.159.370.717
Fundos administrados	16	3.490.946.777	4.217.745.645
Carteiras sob gestão		6.458.527.028	6.377.116.362

O anexo faz parte integrante destes balanços.

SANTANDER ASSET MANAGEMENT - SOCIEDADE GESTORA DE

FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Notas</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Juros e rendimentos similares	17	207.594	405.860
Juros e encargos similares	17	(268.761)	(129.717)
Margem financeira		(61.167)	276.143
Rendimentos de serviços e comissões	18	29.702.947	26.100.376
Encargos com serviços e comissões	18	(25.031.614)	(21.600.592)
Resultados de reavaliação cambial		4.593	-
Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda		-	9.087
Outros resultados de exploração		14.330	(19.285)
Produto da atividade		4.629.089	4.765.729
Custos com o pessoal	19	(1.818.074)	(1.609.594)
Gastos gerais administrativos	20	(1.285.017)	(1.481.674)
Depreciações e amortizações	6	(80.423)	(84.348)
Provisões líquidas de reposições e anulações	9	(1.075.627)	338
Outros impostos		-	(1.124)
Resultado antes de impostos		369.948	1.589.327
Impostos sobre o rendimento	21	(302.832)	(1.047.177)
Resultado líquido do exercício		67.116	542.150
Resultados por ação			
. Básicos	15	0,02	0,16
. Diluídos	15	0,02	0,16

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

João José Rosário Caldeira

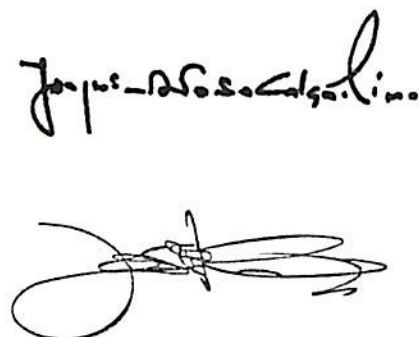
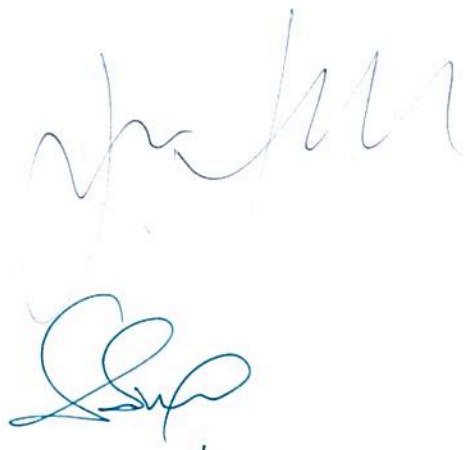
DEMONSTRAÇÕES DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em Euros)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Resultado líquido do exercício	<u>67.116</u>	<u>542.150</u>
Itens não reconhecidos ainda na demonstração dos resultados:		
Variações no justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	(2.504)	5.561
Impacto fiscal	<u>730</u>	<u>(1.544)</u>
Total	<u>(1.774)</u>	4.017
Rendimento integral do exercício	<u><u>65.342</u></u>	<u><u>546.167</u></u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.



DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

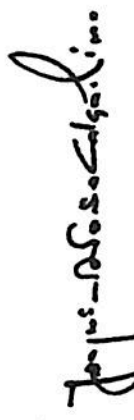
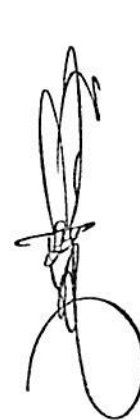
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em Euros)

	Reservas e resultados transitados										Total	
	Reservas de reavaliação			Reservas e resultados transitados								
	Capital subscrito	Prémios de emissão	Outros instrumentos de capital	Por ajustamentos no justo valor de ativos	Por impostos diferidos	Reservas legais	Reservas por fusão	Outras reservas	Resultados transitados	Total de reservas e resultados transitados		Resultado líquido do exercício
Saldos em 31 de dezembro de 2013	17.116.510	2.234.344	13.846.251	(971)	282	5.116.511	3.015.132	14.087	(19.104.501)	(10.959.460)	3.076.781	25.314.426
· Aplicação do resultado de 2013	-	-	-	-	-	307.678	-	-	2.769.103	3.076.781	(3.076.781)	-
· Resultado integral do exercício	-	-	-	5.561	(1.544)	-	-	-	-	4.017	542.150	546.167
Saldos em 31 de dezembro de 2014	17.116.510	2.234.344	13.846.251	4.590	(1.262)	5.424.189	3.015.132	14.087	(16.335.398)	(7.878.662)	542.150	25.860.593
· Aplicação do resultado de 2014	-	-	-	(2.504)	-	54.215	-	-	487.935	542.150	(542.150)	-
· Resultado integral do exercício	-	-	-	-	730	-	-	-	-	(1.774)	67.116	65.342
Saldos em 31 de dezembro de 2015	17.116.510	2.234.344	13.846.251	2.086	(632)	5.478.404	3.015.132	14.087	(15.847.463)	(7.338.286)	67.116	25.925.935

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

ATIVIDADE ECONÓMICA

A Santander Asset Management - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. ("Sociedade"), constituída por escritura de 27 de dezembro de 1989, tem por objeto social o exercício das seguintes atividades:

- . Administração, gestão e representação de fundos de investimento mobiliário;
- . Gestão de carteiras por conta de outrem, bem como a prestação de serviços de consultoria em matéria de investimentos;
- . Gestão e representação de um ou mais fundos de investimento imobiliário; e
- . Gestão de fundos de capital de risco.

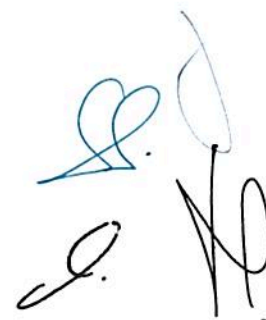
Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade era responsável pela gestão dos seguintes fundos de investimento mobiliário (FIM's):

<u>Descrição</u>	<u>Tipo</u>	<u>Prazo</u>	<u>Data de autorização</u>	<u>Banco depositário</u>
. Poupança Investimento FPR	Aberto	Indeterminado	23/11/1989	BST
. Santander Multitesouraria	Aberto	Indeterminado	04/06/1991	BST
. Santander Multitaxa Fixa	Aberto	Indeterminado	27/09/1991	BST
. Santander - Ações Portugal	Aberto	Indeterminado	12/07/1993	BST
. Santander PPA	Aberto	Indeterminado	21/12/1995	BST
. Santander Ações América	Aberto	Indeterminado	16/04/1998	BST
. Santander Ações Europa	Aberto	Indeterminado	24/05/1999	BST
. Santander Multiobrigações	Aberto	Indeterminado	11/05/2000	BST
. Poupança Futura FPR	Aberto	Indeterminado	10/05/2001	BST
. Multi Crédito	Aberto	Indeterminado	06/03/2003	BST
. Santander Carteira Alternativa	Aberto	Indeterminado	05/04/2004	BST
. Santander Global	Aberto	Indeterminado	07/05/2007	BST
. Santander Ibérico Premium	Aberto	4 anos	01/02/2012	BST
. Santander Premium julho 2012	Aberto	3 anos e 8 meses	19/07/2012	BST
. FEI Ibérico maio 2013	Aberto	5 anos e 2 meses	18/04/2013	BST
. FEI Ibérico Premium julho 2013	Aberto	5 anos	09/08/2013	BST
. Santander Select Dinâmico	Aberto	Indeterminado	27/02/2014	BST
. Santander Select Moderado	Aberto	Indeterminado	27/02/2014	BST
. Santander Select Defensivo	Aberto	Indeterminado	27/02/2014	BST
. Santander Private Dinâmico	Aberto	Indeterminado	27/02/2014	BST
. Santander Private Moderado	Aberto	Indeterminado	27/02/2014	BST
. Santander Private Defensivo	Aberto	Indeterminado	27/02/2014	BST
. Santander Multiactivos 0-30	Aberto	Indeterminado	19/09/2014	BST
. Santander Multiactivos 20-60	Aberto	Indeterminado	19/09/2014	BST

BST – Banco Santander Totta, S.A.

Por outro lado, em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade era igualmente responsável pela gestão dos seguintes fundos de investimento imobiliário (FII's):

- . Lusimovest – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (Lusimovest);
- . Novimovest – Fundo de Investimento Imobiliário Aberto (Novimovest);
- . Imorecuperação – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (Imorecuperação);
- . Castilho - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (Castilho).



1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos pela Sociedade de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA's) estabelecidas pelo Banco de Portugal através do Aviso nº 1/2005, de 21 de fevereiro, tal como definidas nas Instruções nº 23/2004 e nº 9/2005.

As NCA's correspondem em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de fevereiro, do Banco de Portugal. As diferenças existentes entre ambas as Normas não são atualmente aplicáveis à atividade da Sociedade, uma vez que estão essencialmente relacionadas com o registo de provisões para crédito concedido e com o reconhecimento de responsabilidades e custos com pensões de reforma e outros benefícios de longo prazo concedidos aos empregados.

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 31 de março de 2016 mas estão ainda pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas. No entanto, o Conselho de Administração da Sociedade estima que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

1.2. Adoção de Normas e Interpretações novas, alteradas ou revistas

Durante o exercício de 2015 a Sociedade adotou as seguintes normas (novas e revistas) e interpretações adotadas ("endorsed") pela União Europeia de aplicação obrigatória pela primeira vez no final daquele exercício:

- IFRIC 21 – Pagamentos ao Estado – Estabelece as condições quanto à tempestividade do reconhecimento de uma responsabilidade relacionada com o pagamento ao Estado de uma contribuição por parte de uma entidade em resultado de determinado evento (por exemplo, a participação num determinado mercado), sem que o pagamento tenha por contrapartida bens ou serviços especificados.
- Melhoria das Normas Internacionais de Relato Financeiro (ciclo 2011-2013) - Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com as normas IFRS 1 – Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, IFRS 3 – Concentração de Atividades Empresariais, IFRS 13 – Mensuração ao Justo Valor e IAS 40 – Propriedades de Investimento.

A adoção das normas e interpretações acima referidas não produziu qualquer efeito material nas demonstrações financeiras anexas.



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras foram adotadas (“endorsed”) pela União Europeia as seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros:

- Emendas às normas IAS 16 – Ativos Fixos Tangíveis e IAS 38 – Ativos Intangíveis - Estas emendas vêm clarificar quais os métodos de amortização de ativos fixos tangíveis e de ativos intangíveis que são permitidos.
- Emenda à norma IAS 19 – Benefícios dos empregados - Esta emenda vem clarificar em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo.
- Emenda à norma IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras (Divulgações) - Esta emenda vem introduzir um conjunto de indicações e orientações que visam melhorar e simplificar as divulgações no contexto dos atuais requisitos de relato das IFRS.
- Melhorias das Normas Internacionais de Relato Financeiro (ciclos 2010-2012 e 2012-2014) - Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas.

Adicionalmente, até à data de aprovação das demonstrações financeiras anexas, foram também emitidas as seguintes normas e melhorias ainda não adotadas (“endorsed”) pela União Europeia:

- IFRS 9 – Instrumentos financeiros (2009) e emendas posteriores - Esta norma insere-se no projeto de revisão da IAS 39 e estabelece os requisitos para a classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros e para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura.
- IFRS 14 – Ativos regulados - Esta norma vem estabelecer os requisitos de relato, por parte de entidades que adotem pela primeira vez as IAS/IFRS, aplicáveis a ativos regulados.
- IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes - Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes.

Estas normas não foram ainda adotadas (“endorsed”) pela União Europeia e, como tal, não foram adotadas pela Sociedade.

1.3. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anexas, foram as seguintes:

a) Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a instrumentos de dívida e são registados ao justo valor. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados diretamente em capitais próprios na rubrica “Reservas de reavaliação – Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros”. No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício.

Os juros relativos a instrumentos de dívida classificados nesta rubrica são determinados com base no método da taxa de juro efetiva, sendo reconhecidos em resultados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

ii) Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica corresponde a aplicações efetuadas em instituições de crédito nacionais por períodos superiores a três meses, as quais são registadas ao custo amortizado.

b) Outros ativos tangíveis

Os ativos tangíveis utilizados pela Sociedade para o desenvolvimento da sua atividade são contabilisticamente relevados pelo seu custo de aquisição (incluindo custos diretamente atribuíveis), deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

A amortização dos ativos tangíveis é calculada com base no método das quotas constantes, por duodécimos, ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período durante o qual se espera que o ativo esteja disponível para uso:

	<u>Anos</u>
Mobiliário e material	6 a 10
Máquinas e ferramentas	5 a 10
Instalações interiores	5 a 12
Equipamento informático	3 a 5
Equipamento de transporte	4

As obras em edifícios arrendados são amortizadas durante um período médio de 5 anos, correspondente à sua utilidade esperada.

c) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem, essencialmente, as despesas relacionadas com a aquisição de *software*. Estas despesas são registadas ao custo de aquisição e amortizadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante um período de três anos.

d) Disponibilidades em outras instituições de crédito

Os montantes incluídos nesta rubrica correspondem aos valores de depósitos à ordem mantidos junto de outras instituições de crédito que podem ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

e) Especialização de exercícios

Os proveitos e custos, incluindo os juros e comissões, são reconhecidos de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

f) Comissões

- i) Comissão de gestão - Corresponde à remuneração da Sociedade pela gestão do património dos FIM's, dos FII's e das carteiras dos seus clientes (gestão de patrimónios).

. Fundos de investimento mobiliário

Esta comissão é cobrada mensalmente, ou anualmente, por aplicação de uma taxa definida nos respetivos regulamentos de gestão sobre o valor líquido global diário de cada fundo (compreendida entre 0,30% e 2,075%). O Fundo Santander Carteira Alternativa encontra-se isento desta comissão no período compreendido entre 30 de abril de 2014 e 30 de abril de 2016.

. Fundos de investimento imobiliário

. Lusimovest - Esta comissão é calculada diariamente por aplicação de uma taxa anual de 1,125% sobre o património líquido do fundo.

. Novimovest - Esta comissão é calculada diariamente por aplicação de uma taxa anual de 0,6% sobre o património líquido do fundo.

. Imorecuperação - Esta comissão é calculada diariamente em função do valor dos imóveis do fundo e inclui uma componente fixa de 0,75% e uma componente variável determinada em função do desempenho do fundo. O total da comissão de gestão não pode exceder 2,07%.

. Castilho - Esta comissão é calculada diariamente por aplicação de uma taxa anual de 0,5% sobre o património líquido do fundo.

. Gestão de carteiras (patrimónios)

Esta comissão é calculada diariamente por aplicação de uma taxa anual (fixada no respetivo contrato de gestão de carteiras) sobre o valor dos respetivos patrimónios sob gestão.

A comissão de gestão é registada na rubrica de "Rendimentos de serviços e comissões" da demonstração dos resultados.

- ii) Comissões cobradas aos subscritores

Comissão de subscrição

. Fundos de investimento mobiliário e imobiliário

As comissões cobradas pelo banco distribuidor aos participantes que subscrevem unidades de participação dos fundos são calculadas com base no valor das unidades de participação nesse dia, de acordo com os regulamentos de gestão dos respetivos fundos. Uma parte dessas comissões (15%) reverte para a Sociedade.

As comissões de subscrição recebidas pela Sociedade são registadas na rubrica de "Rendimentos de serviços e comissões" da demonstração dos resultados.

Comissão de resgate

. Fundos de investimento mobiliário

Esta comissão é cobrada pelo banco distribuidor no ato do reembolso dos certificados representativos das unidades de participação dos fundos. Quando aplicável, é calculada com base na cotação do dia das unidades de participação, de acordo com os respetivos regulamentos de gestão dos fundos. Uma parte dessa comissão (15%) reverte para a Sociedade.

. Fundos de investimento imobiliário

. Lusimovest - Dado tratar-se de um fundo fechado, não existiam comissões de subscrição nem de resgate. No entanto, tendo-se verificado a prorrogação do fundo, passou a ser cobrada uma comissão de resgate de 1,25% aos participantes que optem pelo resgate das unidades de participação de que sejam titulares.

. Novimovest - Sobre o montante de cada operação de resgate de unidades de participação é cobrada aos subscritores uma comissão degressiva, conforme o tempo de titularidade das unidades de participação. Durante o primeiro ano a comissão é de 3%, no segundo ano 2% e a partir do terceiro ano 1,5%. Este valor é cobrado pela Sociedade através da entidade depositária. Uma parte dessa comissão (15%) reverte para a Sociedade.

. Imorecuperação – Dado tratar-se de um fundo fechado, não existem comissões de subscrição nem de resgate. No entanto, no caso de se verificar a prorrogação do fundo, será cobrada uma comissão de resgate de 1,25% aos participantes que optem pelo resgate das unidades de participação de que sejam titulares.

. Castilho – Dado tratar-se de um fundo fechado, não existem comissões de subscrição nem de resgate.

As comissões de resgate recebidas pela Sociedade são registadas na rubrica de "Rendimentos de serviços e comissões" da demonstração dos resultados.

iii) Comissões de comercialização e de depositário

. Fundos de investimento mobiliário

A comissão de comercialização, suportada pela Sociedade, é fixada por contrato celebrado entre a Sociedade e o banco distribuidor (Banco Santander Totta, S.A.).

A comissão de comercialização é calculada com base na participação do Banco Santander Totta, S.A. na colocação das unidades de participação no mercado, correspondendo a uma percentagem de 75% sobre a comissão de gestão de cada fundo.

O banco depositário cobra ainda comissões mensalmente aos fundos por aplicação de uma taxa que incide sobre o seu valor líquido global diário.



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

. Fundos de investimento imobiliário

Pela comercialização aos seus balcões de unidades de participação dos FII's geridos pela Sociedade, o Banco Santander Totta, S.A. cobra uma comissão de comercialização correspondente a um máximo de 85% das comissões de gestão previstas nos regulamentos de gestão dos fundos e em proporção das unidades de participação que coloca no mercado.

As comissões de comercialização e de depositário são registadas na rubrica de "Encargos com serviços e comissões" da demonstração dos resultados.

iv) Outras comissões cobradas

A Sociedade cobra comissões por serviços de aconselhamento e consultoria em matéria de investimentos de acordo com os valores contratados com os seus clientes.

A Sociedade cobra ainda comissões de "performance" nos seguintes fundos:

. Fundos de investimento mobiliário:

. Santander Global – Corresponde a 10% sobre a diferença entre a rentabilidade do fundo e a Euribor a 3 meses + 0,5%, apenas aplicável se a rentabilidade do fundo for superior à Euribor a 3 meses + 0,5% e é calculada de acordo com a seguinte fórmula: $\text{MAX} \{0, 10\% \times [\text{rentabilidade do fundo} - (\text{Euribor a 3 meses} + 0,5\%)]\}$. Considerando a rentabilidade negativa deste fundo em exercícios anteriores, a Sociedade decidiu não cobrar comissões de "performance" ao fundo em 2014 e em 2015;

. Santander Carteira Alternativa - Corresponde a 10% sobre a diferença entre a rentabilidade do fundo e a Euribor a 3 meses + 0,5%, apenas aplicável se a rentabilidade do fundo for superior à Euribor a 3 meses + 0,5% e é calculada de acordo com a seguinte fórmula: $\text{MAX} \{0, 10\% \times [\text{rentabilidade do fundo} - (\text{Euribor a 3 meses} + 0,5\%)]\}$. O fundo encontra-se isento desta comissão no período compreendido entre 30 de abril de 2014 e 30 de abril de 2016.

. Fundos de investimento imobiliário:

. Imorecuperação - É apurada em função do desempenho do fundo nos seguintes termos: 0,33% por cada diferencial positivo de 1% entre a valorização diária do fundo e o Índice de Inflação acrescido de 1, 2, 4 ou 6 pontos percentuais, medido este pelo Índice de Preços do Consumidor, sem habitação, correspondente aos últimos doze meses e publicado pelo Instituto Nacional de Estatística. Esta comissão é cobrada até ao quinto dia útil do mês de janeiro do ano seguinte e calculada e acumulada diariamente sobre o valor dos imóveis do fundo até ao final de cada ano. Esta comissão não poderá ultrapassar 1,32% e, portanto, o limite máximo que poderá atingir o total da comissão de gestão (componente fixa + componente variável) será de 2,07%.

As comissões recebidas pela Sociedade são registadas na rubrica de "Rendimentos de serviços e comissões" da demonstração dos resultados.

g) Taxa de supervisão

A taxa de supervisão devida à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários constitui um encargo da Sociedade, é calculada por aplicação de uma taxa fixa sobre o valor global das carteiras geridas (patrimónios) no final de cada mês e é registada na rubrica de "Encargos com serviços e comissões" da demonstração dos resultados.

A partir de 1 de setembro de 2003, em conformidade com a Portaria nº 913 - I/2003, de 30 de agosto, a taxa de supervisão aplicável é de 0,0075‰, com um limite mensal mínimo e máximo de 200 Euros e 20.000 Euros, respetivamente.

h) Provisões

Esta rubrica inclui as provisões constituídas para fazer face a riscos específicos decorrentes da atividade da Sociedade. Em geral, o reforço desta provisão não é aceite como custo para efeitos fiscais.

i) Acréscimo de custos para férias e subsídio de férias

Considerando que os montantes de férias e subsídio de férias a pagar aos colaboradores em determinado exercício são um direito por estes adquirido no ano imediatamente anterior, no final de cada exercício a Sociedade releva contabilisticamente o montante das férias, subsídio de férias e respetivos encargos sociais a pagar no ano seguinte (Nota 10).

j) Pensões

O Fundo de Pensões Banco Santander de Negócios Portugal foi constituído em 10 de janeiro de 2006 e tinha como associados a Sociedade, a Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. e o Banco Santander de Negócios Portugal, S.A.. Em 31 de março de 2011, o Conselho de Administração decidiu iniciar os procedimentos conducentes à extinção deste Fundo de Pensões, pelo facto do Banco Santander de Negócios Portugal, S.A. ter sido incorporado, por fusão, no Banco Santander Totta, S.A. e da grande maioria dos seus colaboradores ter ficado sujeita ao regime previdencial do setor bancário. Aquele Fundo foi extinto em 7 de julho de 2013, tendo o seu património sido transferido para os fundos de pensões abertos de adesão individual indicados pelos respetivos beneficiários.

k) Planos de incentivos a longo prazo sobre ações

A Sociedade tem planos de incentivos a longo prazo sobre ações do Banco Santander, S.A., empresa-mãe do Grupo Santander. Face às suas características, estes planos consistem em “equity settled share-based payment transactions”, conforme definido na Norma IFRS 2 – Pagamentos com base em ações. A gestão, a cobertura e a execução destes planos de incentivos a longo prazo é assegurada diretamente pelo Banco Santander S.A.. A Sociedade paga anualmente ao Banco Santander, S.A. o montante relativo a estes planos.

O registo dos referidos planos consiste em reconhecer o direito dos colaboradores a estes instrumentos na demonstração dos resultados do exercício, na rubrica de “Custos com o pessoal”, na medida em que correspondem a uma retribuição pela prestação de serviços, por contrapartida da rubrica de capital próprio “Outras reservas”.

l) Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionem com itens registados diretamente no capital próprio, sendo nestes casos igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis. No entanto, tal reconhecimento apenas se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estejam em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Sociedade tenha um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma Autoridade Fiscal; e (iii) a Sociedade tenha a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

m) Carteiras sob gestão (Patrimónios)

Esta rubrica inclui as carteiras de títulos geridas pela Sociedade, as quais são valorizadas da seguinte forma:

- Unidades de participação em fundos de investimento – Estes títulos são valorizados ao último valor conhecido e divulgado pela respetiva entidade gestora ou, se aplicável, ao último preço de mercado onde se encontrarem admitidos à negociação. O critério adotado tem em conta o preço considerado mais representativo, em função, designadamente, da quantidade, frequência e regularidade das transações;
- Ações – Estes títulos são valorizados ao valor da última cotação em bolsa disponível nos últimos três meses. Na falta de valores de cotação, não é atribuído um valor superior ao valor contabilístico, calculado segundo o último balanço aprovado;
- Obrigações - Estes títulos são valorizados ao valor da última cotação em bolsa disponível nos últimos três meses. No caso de obrigações não cotadas ou com liquidez reduzida, são utilizados os preços divulgados por contribuidores credíveis capturados em sistemas de negociação (*Bloomberg* ou *Reuters*), ou são estimados preços com base em modelos internos de valorização desenvolvidos pela Sociedade.

n) Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events" ou acontecimentos após a data de balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que tenham ocorrido após a data do balanço ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

2. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adoção de pressupostos por parte do Conselho de Administração da Sociedade. Estas estimativas são subjetivas por natureza e podem afetar o valor dos ativos e passivos, proveitos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados.

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Sociedade com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor e de acordo com os planos de negócio existentes (impostos diferidos). No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objetiva, originando a existência de diferentes interpretações. Desta forma, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Sociedade sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é, no entanto, suscetível de ser questionado por parte das Autoridades Fiscais, bem como da sua estimativa quanto à evolução e rentabilidade das suas operações futuras.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras sobre os eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

3. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
Depósitos à ordem - no país:		
- Entidades pertencentes ao Grupo Santander (Nota 24)	825.771	321.860
	=====	=====

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os depósitos à ordem encontravam-se expressos em Euros e encontravam-se domiciliados no Banco Santander Totta, S.A..



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

4. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo desta rubrica correspondia a depósitos a prazo e apresentava a seguinte composição:

31-12-2015						
Entidade	Moeda	Maturidade	Taxa de juro	Montante nominal	Juros corridos	Montante total (Nota 25)
BST	EUR	22 de janeiro de 2016	0,482%	4.500.000	20.726	4.520.726
BST	EUR	7 de junho de 2016	0,262%	14.000.000	21.193	14.021.193
BST	EUR	17 de junho de 2016	0,264%	3.700.000	5.372	3.705.372
BST	EUR	29 de junho de 2016	0,263%	2.800.000	3.805	2.803.805
				<u>25.000.000</u>	<u>51.096</u>	<u>25.051.096</u>

31-12-2014						
Entidade	Moeda	Maturidade	Taxa de juro	Montante nominal	Juros corridos	Montante total (Nota 25)
BST	EUR	17 de janeiro de 2015	1,572%	4.000.000	60.959	4.060.959
BST	EUR	7 de junho de 2015	1,533%	14.000.000	124.003	14.124.003
BST	EUR	17 de junho de 2015	1,496%	4.200.000	34.558	4.234.558
BST	EUR	28 de junho de 2015	1,101%	3.500.000	18.010	3.518.010
				<u>25.700.000</u>	<u>237.530</u>	<u>25.937.530</u>

5. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica (constituída na sua totalidade por títulos de rendimento fixo de emissores públicos) apresentava a seguinte composição:

31-12-2015									
Instrumento	Divisa	Valor nominal	Custo médio de aquisição	Custo amortizado	Valor de mercado (balanço)	Juros a receber	Total do valor de mercado e juros a receber	Reserva de reavaliação (Nota 14)	Impacto fiscal (Notas 8 e 14)
OT PGB 4,75% 14/06/2019	EUR	243.000	275.776	274.497	276.583	6.339	282.922	2.086	(532)

31-12-2014									
Instrumento	Divisa	Valor nominal	Custo médio de aquisição	Custo amortizado	Valor de mercado (balanço)	Juros a receber	Total do valor de mercado e juros a receber	Reserva de reavaliação (Nota 14)	Impacto fiscal (Notas 8 e 14)
OT PGB 4,35% 16/10/2017	EUR	243.000	264.287	261.042	265.631	2.230	267.861	4.590	(1.262)

Os títulos acima referidos foram valorizados com base em preços de mercado divulgados na *Bloomberg*.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

6. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos outros ativos tangíveis e nos ativos intangíveis durante os exercícios de 2015 e 2014 foi o seguinte:

	2015								
	Saldos em 31/12/2014			Alienações			Saldos em 31/12/2015		
	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Amortizações do exercício	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Ativo líquido
<u>Outros ativos tangíveis</u>									
Obras em edifícios arrendados	258.010	(258.010)	-	-	-	-	258.010	(258.010)	-
Mobiliário e material	669.241	(668.493)	-	-	-	-	669.241	(668.493)	748
Máquinas e ferramentas	147.018	(147.016)	-	-	-	-	147.018	(147.016)	2
Instalações interiores	254.131	(254.131)	-	-	-	-	254.131	(254.131)	-
Equipamento informático	1.253.701	(1.231.272)	3.137	-	-	(16.770)	1.256.838	(1.248.042)	8.796
Equipamento de transporte	231.923	(79.701)	-	(22.256)	22.256	(41.911)	209.667	(99.356)	110.311
Património artístico	711	(711)	-	-	-	-	711	(711)	-
	<u>2.814.735</u>	<u>(2.639.334)</u>	<u>3.137</u>	<u>(22.256)</u>	<u>22.256</u>	<u>(58.681)</u>	<u>2.795.616</u>	<u>(2.675.759)</u>	<u>119.857</u>
<u>Ativos intangíveis</u>									
Sistemas de tratamento automático de dados	2.012.279	(1.978.766)	20.870	-	-	(21.742)	2.033.149	(2.000.508)	32.641
	<u>4.827.014</u>	<u>(4.618.100)</u>	<u>24.007</u>	<u>(22.256)</u>	<u>22.256</u>	<u>(80.423)</u>	<u>4.828.765</u>	<u>(4.676.267)</u>	<u>152.498</u>
	2014								
	Saldos em 31/12/2013			Alienações			Saldos em 31/12/2014		
	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Amortizações do exercício	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Ativo líquido
<u>Outros ativos tangíveis</u>									
Obras em edifícios arrendados	258.010	(258.010)	-	-	-	-	258.010	(258.010)	-
Mobiliário e material	669.241	(668.493)	-	-	-	-	669.241	(668.493)	748
Máquinas e ferramentas	147.018	(147.016)	-	-	-	-	147.018	(147.016)	2
Instalações interiores	254.131	(254.131)	-	-	-	-	254.131	(254.131)	-
Equipamento informático	1.249.506	(1.214.792)	4.195	-	-	(16.480)	1.253.701	(1.231.272)	22.429
Equipamento de transporte	160.473	(133.059)	158.153	(86.703)	86.703	(33.345)	231.923	(79.701)	152.222
Património artístico	711	(711)	-	-	-	-	711	(711)	-
	<u>2.739.090</u>	<u>(2.676.212)</u>	<u>162.348</u>	<u>(86.703)</u>	<u>86.703</u>	<u>(49.825)</u>	<u>2.814.735</u>	<u>(2.639.334)</u>	<u>175.401</u>
<u>Ativos intangíveis</u>									
Sistemas de tratamento automático de dados	1.998.529	(1.944.243)	13.750	-	-	(34.523)	2.012.279	(1.978.766)	33.513
	<u>4.737.619</u>	<u>(4.620.455)</u>	<u>176.098</u>	<u>(86.703)</u>	<u>86.703</u>	<u>(84.348)</u>	<u>4.827.014</u>	<u>(4.618.100)</u>	<u>208.914</u>

As adições de outros ativos tangíveis ocorridas no exercício de 2014 respeitaram, essencialmente, à aquisição de viaturas ligeiras de passageiros.

As adições de ativos intangíveis ocorridas nos exercícios de 2015 e 2014, nos montantes de 20.870 euros e 13.750 euros, respetivamente, respeitaram, essencialmente, a desenvolvimentos efetuados nos sistemas aplicativos da Sociedade.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

7. OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
Comissões de gestão a receber:		
. Fundos de investimento mobiliário geridos	1.642.909	1.690.939
. Fundos de investimento imobiliário geridos	299.595	311.063
. Fundos de pensões geridos	1.303.994	-
. Carteiras de clientes sob gestão:		
Santander Totta Seguros (Nota 24)	112.232	136.393
Particulares	620.974	442.611
	<u>3.979.704</u>	<u>2.581.006</u>
Devedores diversos		
. Outros devedores	11.211	13.505
. Outras despesas antecipadas	4.535	1.721
	<u>3.995.450</u>	<u>2.596.232</u>
	=====	=====

Em janeiro de 2002 a Sociedade celebrou um contrato com a Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (Santander Totta Seguros), através do qual ficou encarregue da gestão de um conjunto de carteiras de ativos mobiliários afetos a produtos comercializados por aquela entidade. Em abril de 2012 o contrato foi revisto e posteriormente, em 20 de dezembro de 2013 a Sociedade celebrou com a Santander Totta Seguros um novo aditamento ao contrato acima referido, mediante o qual a partir do ano de 2014 inclusive, foi acordado o pagamento de uma comissão de 0,035% sobre o valor total da carteira gerida acrescida do valor correspondente à taxa de supervisão a pagar à CMVM, estimada em 250.000 Euros por ano.

As comissões relativas aos meses de dezembro de 2015 e de 2014, nos montantes de 112.232 e de 136.393 Euros, foram recebidas em 2016 e em 2015, ambos respetivamente.

A partir de 2014 inclusive, para os novos contratos de gestão de património de clientes particulares, a Sociedade passou a cobrar a comissão de gestão sobre o valor médio da carteira no final de cada trimestre, sendo cobrada postecipadamente em 15 de abril, 15 de julho, 15 de outubro e 15 de janeiro.

Em 18 de dezembro de 2015 a Sociedade celebrou com a Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (Santander Pensões) um contrato mediante o qual a Santander Pensões atribuiu à Sociedade um mandato para a gestão dos ativos dos fundos de pensões que se encontravam sob a sua gestão. Este contrato define uma remuneração mensal a receber pela Sociedade como contrapartida dos serviços prestados correspondente a 0,13% o valor médio da carteira no final de cada mês (“Comissão de gestão”), com início em janeiro de 2015.

Adicionalmente, conforme previsto no contrato com a Santander Pensões acima referido, para além das comissões de gestão acima referidas, a Santander Pensões passará a pagar à Sociedade uma remuneração anual adicional pelos serviços prestados equivalente às receitas brutas auferidas relativamente à gestão dos ativos dos fundos de pensões, deduzidas de todas as despesas suportadas relacionadas com essa atividade, bem como quaisquer taxas, impostos ou despesas impostas por obrigações regulatórias ou legais (“Comissão adicional”).

Em 31 de dezembro de 2015, estavam por receber a totalidade das “Comissões de gestão” e da “Comissão adicional” relativas ao exercício de 2015, as quais foram recebidas em 2016.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

8. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, estas rubricas apresentavam a seguinte composição:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
<u>Ativos por impostos correntes</u>		
IRC a recuperar	1.132.756	-
Pagamentos por conta	120.153	231.838
Outros	16.390	1.599
	-----	-----
	1.269.299	233.437
	=====	=====
<u>Ativos por impostos diferidos</u>		
Por prejuízos fiscais reportáveis	-	100.000
	----	-----
	-	100.000
	==	=====
<u>Passivos por impostos correntes</u>		
Impostos correntes sobre lucros (Nota 21)	202.832	247.177
	-----	-----
Retenção de impostos na fonte:		
· Sobre rendimentos de trabalho dependente	20.698	24.126
· Sobre rendimentos de capitais	23.568	24.262
· Sobre rendimentos prediais	90	45
Contribuições para a Segurança Social	26.291	27.794
Imposto sobre o Valor Acrescentado	63.496	63.474
Outros	-	362
	-----	-----
	336.975	387.240
	=====	=====
<u>Passivos por impostos diferidos</u>		
Outros impostos diferidos (Nota 5)	532	1.262
	=====	=====

Na sequência da ação inspetiva realizada pela Autoridade Tributária ao exercício de 2011, a Sociedade foi notificada de correções ao prejuízo fiscal declarado naquele exercício em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) no montante de 25.846.251 Euros, tendo procedido às seguintes liquidações no exercício de 2015:

Liquidação de IRC relativo ao exercício de 2011	1.132.756
Juros de mora (Nota 17)	141.455

	1.274.211
	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

Em causa estão as perdas incorridas naquele exercício pela Sociedade, causadas pelo incumprimento da política de investimento de um Fundo por si gerido, que a Autoridade Tributária considerou não serem dedutíveis para efeitos fiscais.

É convicção da Sociedade que as correções realizadas pela Autoridade Tributária são suscetíveis de contestação à luz da legislação fiscal aplicável. Em 2015 a Sociedade registou na rubrica "Ativos por impostos correntes – IRC a recuperar" a liquidação de IRC no montante de 1.132.756 euros acima referida e constituiu uma provisão de 1.075.838 Euros, correspondente a 50% do valor da contingência total apurada decorrente da correção acima referida. A provisão foi estimada com base na probabilidade de perda apurada pela Sociedade (Nota 9).

No exercício de 2015, na sequência da situação acima referida, o Conselho de Administração da Sociedade decidiu anular a totalidade dos ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis no montante de 100.000 euros.

9. PROVISÕES

O movimento ocorrido nas provisões durante os exercícios de 2015 e 2014 foi o seguinte:

	2015				Saldos finais
	Saldos iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	
Provisões para riscos e encargos:					
. Provisões para contingências fiscais (Nota 8)	-	1.075.838	-	-	1.075.838
. Provisões para riscos gerais de crédito	289	78	(289)	-	78
	<u>289</u>	<u>1.075.916</u>	<u>(289)</u>	<u>-</u>	<u>1.075.916</u>

	2014				Saldos finais
	Saldos iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	
Provisões para riscos e encargos:					
. Provisões para riscos gerais de crédito	627	-	(338)	-	289

10. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	31-12-2015	31-12-2014
Comissões a pagar à SAM SGIIC (Nota 24)	1.760.411	909.200
Comissões de comercialização de FIM's a pagar ao:		
. Banco Santander Totta, S.A. (Nota 24)	1.226.122	1.261.031
Comissões de comercialização de FII's a pagar ao:		
. Banco Santander Totta, S.A. (Nota 24)	142.965	145.223
Comissões de distribuição de clientes de gestão discricionária a pagar ao:		
. Banco Santander Totta, S.A. (Nota 24)	426.135	278.500
Remunerações a pagar a administradores e empregados	533.058	471.257
Outras gratificações a pagar	27.157	24.000
Outros custos a pagar	121.830	326.201
Fornecedores	-	1.038
	<u>4.237.678</u>	<u>3.416.450</u>
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo da rubrica "Comissões a pagar à SAM SGIIC" incluía o valor da comissão a pagar à Santander Asset Management, S.A., Sociedad Gestora de Instituciones de Inversión Coletiva (SAM SGIIC), uma empresa do Grupo Santander, no âmbito do "Investment Management Agreement" celebrado em abril de 2012, através do qual se transferiu as funções de gestão de fundos de investimento mobiliário, fundos de pensões e outros ativos para aquela entidade. Pelos serviços prestados, a SAM SGIIC cobra uma comissão anual, a qual incide sobre o valor médio dos ativos geridos, de acordo com a seguinte grelha:

	<u>Comissão anual</u>
Fundos de investimento mobiliário:	
. Fundos de obrigações	0,06%
. Fundos de ações	0,25%
. Fundos mistos	0,12%
. Fundos de liquidez	0,10%
. Fundos Especiais de Investimento e Fundo Multiobrigações	0,05%
Fundos de pensões	0,16%
Outros ativos	0,12%

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, encontrava-se em dívida o valor referente ao mês de dezembro de 2015 e 2014, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo da rubrica "Comissões a pagar à SAM SGIIC" incluía igualmente um "additional fee" no montante de 1.394.209 Euros e 387.081 Euros devido pela Sociedade à SAM SGIIC ao abrigo do "Investment Management Agreement" acima referido. Este "additional fee" é calculado anualmente com base na informação financeira da Sociedade e foi pago em fevereiro de 2016 e em março de 2015, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo da rubrica "Comissões de distribuição de clientes de gestão discricionária a pagar ao Banco Santander Totta, S.A." referia-se ao montante das comissões a pagar em janeiro de 2016 e 2015, respetivamente, ao Banco Santander Totta, S.A. ao abrigo do "Acordo do nível de serviço relativo ao serviço de gestão de carteiras e relacionamento com o cliente" celebrado com aquela entidade em 3 de março de 2014. Está estabelecido naquele acordo que as comissões de gestão cobradas aos clientes cujos patrimónios são geridos pela Sociedade e que foram angariados pelo BST são distribuídas entre esta e o Banco Santander Totta, S.A., correspondendo a parte do Banco a 70% no caso dos clientes com carteiras perfiladas e a 50% no caso dos clientes com carteiras "tailor made".

11. CAPITAL SUBSCRITO

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital social da Sociedade encontrava-se representado por 3.423.302 de ações com um valor nominal de 5 Euros cada, integralmente subscritas e realizadas pela Santander AM Holding, S.L..

12. PRÉMIOS DE EMISSÃO

Nos termos da Portaria nº 408/99, de 4 de junho, publicada no Diário da República - I Série B, nº 129, os prémios de emissão não podem ser utilizados para atribuição de dividendos nem para a aquisição de ações próprias.

13. OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL

As prestações acessórias não vencem juros nem têm prazo de reembolso definido, podendo ser restituídas à acionista única da Sociedade (Nota 11), por deliberação desta, desde que o capital próprio, após a sua restituição, não fique inferior à soma do capital social e das reservas não distribuíveis.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

14. RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, estas rubricas apresentavam a seguinte composição:

	<u>31-12-2015</u>	<u>31-12-2014</u>
Reservas de reavaliação:		
· Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros (Nota 5)	2.086	4.590
· Por impostos diferidos (Nota 5)	(532)	(1.262)
Reservas legais	5.478.404	5.424.189
Reservas por fusão	3.015.132	3.015.132
Outras reservas – planos de incentivos a longo prazo	14.087	14.087
Resultados transitados	(15.847.463)	(16.335.398)
	-----	-----
	(7.338.286)	(7.878.662)
	=====	=====

Em conformidade com o disposto no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, a Sociedade deverá destinar uma fração não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício à formação de uma reserva legal, até um limite igual ao valor do seu capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Sociedade, podendo ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital.

Na Assembleia Geral de Acionistas realizada em 29 de abril de 2015 foi aprovada a aplicação de parte do resultado líquido do exercício de 2014 no montante de 54.215 Euros na rubrica "Resultados transitados" e do remanescente, no montante de 487.935 Euros, na rubrica "Reservas legais".

Na Assembleia Geral de Acionistas realizada em 29 de maio de 2014 foi aprovada a aplicação de parte do resultado líquido do exercício de 2013 no montante de 2.769.103 Euros na rubrica "Resultados transitados" e do remanescente, no montante de 307.678 Euros, na rubrica "Reservas legais".

15. RESULTADOS POR AÇÃO

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o apuramento dos resultados por ação pode ser apresentado como se segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Resultado líquido do exercício	67.116	542.150
Número médio de ações em circulação no exercício	3.423.302	3.423.302
	-----	-----
Resultados básicos e diluídos por ação	0,02	0,16

Os resultados por ação básicos são coincidentes com os diluídos uma vez que não existem ações ordinárias contingentemente emissíveis, nomeadamente através de opções, *warrants* ou instrumentos financeiros equivalentes à data do balanço.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

16. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, estas rubricas apresentavam a seguinte composição:

	31-12-2015	31-12-2014
<u>Fundos de investimento mobiliário:</u>		
Santander Select Defensivo	220.447.222	100.967.989
Santander Global	149.598.376	202.010.019
Santander Select Moderado	137.466.944	56.439.850
Santander Multitesouraria	118.521.038	143.134.540
Poupança Futura FPR	116.088.981	116.175.871
Santander Private Defensivo	107.304.677	55.733.756
Santander Ações Portugal	99.191.501	99.673.124
Santander Private Moderado	98.506.584	54.306.989
FEI Ibérico Premium Julho 2013	61.634.668	70.151.423
Santander Ações Europa	59.238.460	56.578.308
Santander Select Dinâmico	53.762.275	20.894.724
Multicrédito	52.061.100	70.401.665
Poupança Investimento FPR	49.321.008	50.325.099
Santander Multitaxa Fixa	48.608.449	38.924.689
Santander Ações América	36.872.258	30.607.862
FEI Ibérico Premium	32.562.607	37.737.681
FEI Premium Julho 2012	32.252.008	36.596.931
FEI Ibérico Maio 2013	30.757.185	37.190.191
Santander Multiobrigações	27.739.166	372.261.115
Santander Multiactivos 0-30	18.129.598	3.689.620
Santander Private Dinâmico	13.812.753	6.730.930
Santander Multiactivos 20-60	5.258.576	3.103.148
Santander PPA	2.892.538	3.752.920
Santander Carteira Alternativa	1.721.599	2.238.418
	<u>1.573.749.571</u>	<u>1.669.626.862</u>
<u>Fundos de investimento imobiliário:</u>		
Fundo Novimovest	325.167.573	330.315.263
Fundo Lusimovest	134.587.056	134.587.132
Fundo Imorecuperação	17.493.579	23.086.040
Fundo Castilho	1.698.994	1.755.420
	<u>478.947.202</u>	<u>489.743.855</u>
<u>Fundos de pensões:</u>		
Fundos de pensões geridos pela Santander Pensões	914.883.478	-
	<u>2.967.580.251</u>	<u>2.159.370.717</u>
<u>Carteiras sob gestão:</u>		
Cientes institucionais	111.447.045	98.557.280
Cientes particulares	304.185.730	215.137.796
<u>Entidades do Grupo Santander:</u>		
Santander Totta Seguros	3.075.314.002	3.904.050.569
	<u>6.458.527.028</u>	<u>6.377.116.362</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

17. MARGEM FINANCEIRA

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a margem financeira apresentava a seguinte composição:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Juros e rendimentos similares:		
Juros de disponibilidades		
. Banco Santander Totta, S.A. (Nota 24)	196.075	398.867
Outros juros e rendimentos similares:		
. Juros de obrigações e outros títulos de rendimento fixo	11.519	6.993
	-----	-----
	207.594	405.860
	-----	-----
Juros e encargos similares:		
Juros de empréstimos (Nota 24)	(126.692)	(129.717)
Outros juros e encargos similares – juros de mora (Nota 8)	(141.455)	-
Outros juros e encargos similares – outros	(614)	-
	-----	-----
	(61.167)	276.143
	=====	=====

A rubrica "Juros e encargos similares – juros de empréstimos" refere-se aos juros suportados pela Sociedade na sequência de um contrato celebrado entre esta e o Banco Santander Totta, S.A. em 16 de julho de 2014. Ao abrigo deste contrato a Sociedade pagou ao Banco Santander Totta, S.A. uma remuneração correspondente a uma taxa anual de 1,5% que incidia sobre o valor da dívida que o Lusimovest – Fundo de Investimento Imobiliário, Fundo sob gestão da Sociedade, apresentava junto daquele Banco. Tal dívida foi liquidada em 22 de julho de 2015.

18. COMISSÕES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, estas rubricas apresentavam a seguinte composição:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Rendimentos de serviços e comissões:		
Comissões de gestão de FIM's	20.945.481	19.350.575
Comissões de gestão de FII's	3.594.485	3.790.263
Comissões de gestão de carteiras de clientes		
. Particulares	2.360.318	1.220.133
. Fundos de pensões	1.303.994	-
Comissões por serviços de consultoria:		
. Santander Totta Seguros (Nota 24)	1.485.742	1.686.751
Comissões de resgate	12.928	52.654
	-----	-----
	29.702.947	26.100.376
	=====	=====
Encargos com serviços e comissões:		
Comissões de comercialização de FIM's (Nota 24)	15.627.258	14.426.922
Comissões de comercialização de FII's (Nota 24)	1.692.216	1.768.815
Comissões de angariação de clientes de gestão discricionária		
. Banco Santander Totta, S.A. (Nota 24)	1.601.383	799.042
Comissão de gestão - SAM SGIIC (Nota 24)	5.818.426	4.327.355
Taxa de supervisão paga à CMVM	240.000	240.000
Serviços bancários	517	2.313
Outros	51.814	36.145
	-----	-----
	25.031.614	21.600.592
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo da rubrica "Comissões de gestão de carteiras de clientes – Fundos de pensões" refere-se ao valor das "Comissões de gestão" mensais e da "Comissão adicional" a receber da Santander Pensões ao abrigo do contrato celebrado com esta entidade em 18 de dezembro de 2015 (Nota 7).

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo da rubrica "Encargos com serviços e comissões - Comissão de gestão - SAM SGIIC" refere-se ao valor da comissão a pagar à SAM SGIIC, uma empresa do Grupo Santander, no âmbito do "Investment Management Agreement" celebrado em abril de 2012 (Nota 10).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo da rubrica "Encargos com serviços e comissões – Outros" engloba os montantes de 22.421 Euros e 15.250 Euros, respetivamente, referentes a comissões de comercialização pagas ao BIG – Banco de Investimento Global, S.A..

19. CUSTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Remuneração de:		
- Órgãos de gestão (Nota 24)	185.022	163.554
- Empregados	1.302.700	1.180.831
	-----	-----
	1.487.722	1.344.385
Encargos sociais	293.824	246.266
Outros custos com o pessoal	36.528	18.943
	-----	-----
	1.818.074	1.609.594
	=====	=====

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a Sociedade efetuou contribuições para o Fundo de Pensões de contribuição definida nos montantes de 14.587 Euros e 14.913 Euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o quadro de pessoal da Sociedade era constituído por 35 e por 33 colaboradores, respetivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

20. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Serviços de terceiros:		
Judiciais, Contencioso e Notariado	-	270.693
Deslocações e estadas	54.935	57.922
Comunicações e despesas de expedição	23.113	21.865
Impressos e material de consumo corrente	8.257	7.179
Conservação e reparação	5.295	2.343
Publicidade e edição de publicações	136	80
Outros	42.632	11.970
	-----	-----
	134.368	372.052
	-----	-----
Outros serviços de terceiros:		
Informática	394.832	390.262
Contabilidade	337.400	285.519
Auditoria e consultoria	141.711	137.380
Banco de dados	132.680	100.679
Gestão e execução das atividades do grupo	69.176	67.768
Advogados	69.809	39.580
Outros	5.041	88.434
	-----	-----
	1.150.649	1.109.622
	-----	-----
	1.285.017	1.481.674
	=====	=====

No exercício de 2014 o saldo da rubrica de "Serviços de terceiros - Judiciais, Contencioso e Notariado" incluía honorários incorridos com advogados no âmbito de um processo de reclamação de créditos relativo a um Fundo gerido pela Sociedade e com um processo movido por terceiros contra a Sociedade (Nota 27).

Nos exercícios de 2015 e 2014 o saldo da rubrica de "Outros serviços de terceiros - Contabilidade" refere-se aos honorários incorridos com a Gesban Servicios Administrativos Globales, S.A. - Sucursal em Portugal (uma empresa do Grupo Santander), associados a serviços prestados na área de contabilidade (Nota 24).

21. CARGA FISCAL

Na sequência da promulgação da Lei nº 2/2014, de 16 de janeiro (Reforma do IRC), e posteriormente da publicação da Lei do Orçamento do Estado para 2015 (Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro) a tributação dos lucros das empresas para o ano de 2015 passou a ser a seguinte:

- Taxa de IRC de 21% sobre o lucro tributável (23% no exercício de 2014);
- Derrama municipal a uma taxa compreendida entre 0% e 1,5% sobre o lucro tributável (igual ao exercício de 2014); e
- Derrama estadual a uma taxa variável sobre o lucro tributável de acordo com os escalões abaixo indicados:
 - Menor do que 1.500.000 Euros 0%;
 - Entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros 3%;
 - Entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros 5%;
 - Maior do que 35.000.000 Euros 7%.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

Nos exercícios de 2015 e 2014, os custos com impostos sobre lucros reconhecidos em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos e o lucro do exercício antes daquela dotação, podem ser resumidos como se segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Resultado antes de impostos	369.948	1.589.327
Constituição de provisões não dedutíveis	1.075.838	-
Diferença entre valias fiscais e contabilísticas	(4.260)	(11.492)
Benefícios fiscais	(25.141)	(27.450)
Multas e penalidades	142.866	16.130
Outras correções	94.963	157.094
	<u>1.654.214</u>	<u>1.723.609</u>
Lucro tributável		
Imposto apurado com base na taxa nominal de imposto	(347.385)	(396.430)
Utilização de prejuízos fiscais reportáveis	243.170	277.501
Derramas	(29.441)	(76.330)
Tributação autónoma	(69.176)	(51.918)
	<u>(202.832)</u>	<u>(247.177)</u>
Total de imposto corrente (Nota 8)		
Anulação / reversão de ativos por impostos diferidos (Nota 8)	(100.000)	(800.000)
	<u>(302.832)</u>	<u>(1.047.177)</u>
Total do imposto registado em resultados		
Carga fiscal	(81,86%)	(65,89%)

22. PROVEITOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS E LINHAS DE NEGÓCIO

Os proveitos gerados pela atividade da Sociedade nos exercícios de 2015 e 2014 resultaram, essencialmente, de operações realizadas em Portugal. Por outro lado, no que se refere ao modelo de segmentação por linhas de negócio anexo à Instrução nº 11/2003, do Banco de Portugal, a atividade da Sociedade enquadra-se integralmente no âmbito da categoria denominada "Gestão de ativos".

Adicionalmente, para efeitos da aplicação do disposto na Norma IFRS 8 – "Segmentos operacionais", o Conselho de Administração monitoriza a atividade da Sociedade numa única linha de negócio designada por "Gestão de fundos", não sendo assim aplicável uma maior desagregação da informação para além da divulgada no presente anexo.

23. CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras da Sociedade são consolidadas ao nível das contas do Banco Santander, S.A. com sede em Espanha.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

24. ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e nos exercícios então findos, os saldos registados no balanço e na demonstração dos resultados da Sociedade que tiveram origem em operações realizadas com entidades relacionadas (entidades do Grupo Santander) apresentavam a seguinte composição:

31-12-2015										
	Banco Santander Totta	Santander Totta Seguros	Santander Pensões	Santander AM Holding, S.L.	ISBAN PT - Engenharia e Software Bancário	Gesban	Produban	Geoban	SAM SGIIC	Total
Balanço										
Disponibilidades em outras instituições de crédito (Nota 3)	825.771	-	-	-	-	-	-	-	-	825.771
Aplicações em instituições de crédito (Nota 4)	25.051.096	-	-	-	-	-	-	-	-	25.051.096
Outros ativos (Nota 7)	-	112.232	-	-	-	-	-	-	-	112.232
Outros passivos (Nota 10)	(1.795.222)	-	-	-	-	-	-	(7.920)	(1.760.411)	(3.563.553)
Outros instrumentos de capital (Nota 13)	-	-	-	(13.846.251)	-	-	-	-	-	(13.846.251)
Demonstração dos resultados										
Juros e rendimentos similares (Nota 17)	196.075	-	-	-	-	-	-	-	-	196.075
Rendimentos de serviços e comissões (Nota 18)	-	1.485.742	1.303.994	-	-	-	-	-	-	2.789.736
Juros e encargos similares (Nota 17)	(268.761)	-	-	-	-	-	-	-	-	(268.761)
Encargos com serviços e comissões (Nota 18)	(18.920.857)	-	-	-	-	-	-	-	(5.818.426)	(24.739.283)
Gastos gerais administrativos (Nota 20)	-	-	-	-	(97.000)	(337.400)	(296.000)	(69.176)	-	(799.576)
31-12-2014										
	Banco Santander Totta	Santander Totta Seguros	Santander AM Holding, S.L.	ISBAN PT - Engenharia e Software Bancário	Gesban	SAM SGIIC	Total			
Balanço										
Disponibilidades em outras instituições de crédito (Nota 3)	321.860	-	-	-	-	-	-	-	-	321.860
Aplicações em instituições de crédito (Nota 4)	25.937.530	-	-	-	-	-	-	-	-	25.937.530
Outros ativos (Nota 7)	-	136.393	-	-	-	-	-	-	-	136.393
Outros passivos (Nota 10)	(1.684.754)	-	-	-	-	-	(909.200)	-	(2.593.954)	
Outros instrumentos de capital (Nota 13)	-	-	-	(13.846.251)	-	-	-	-	-	(13.846.251)
Demonstração dos resultados										
Juros e rendimentos similares (Nota 17)	398.867	-	-	-	-	-	-	-	-	398.867
Rendimentos de serviços e comissões (Nota 18)	-	1.686.751	-	-	-	-	-	-	-	1.686.751
Juros e encargos similares (Nota 17)	(129.717)	-	-	-	-	-	-	-	-	(129.717)
Encargos com serviços e comissões (Nota 18)	(16.994.779)	-	-	-	-	-	-	(4.327.355)	-	(21.322.134)
Gastos gerais administrativos (Nota 20)	-	-	-	-	(97.000)	(285.519)	-	-	-	(382.519)

Órgãos de gestão

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os custos suportados relativos a remunerações e outros benefícios de curto prazo atribuídos aos membros do Conselho de Administração da Sociedade ascenderam a 185.022 Euros e 163.554 Euros, respetivamente (Nota 19).

Em 31 de dezembro 2015 e 2014, os membros do Conselho de Administração da Sociedade eram como segue:

- Senhor Dr. Joaquim Calça e Pina
- Senhor José Neves; e
- Senhor D. Javier Seirul-lo Casas

Revisor Oficial de Contas e Fiscal Único

Os honorários faturados e a faturar pela Deloitte & Associados, SROC, S.A., Revisor Oficial de Contas e Fiscal Único da Sociedade, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, ascendem a 25.000 Euros por serviços de revisão oficial de contas e 43.000 Euros relativos a outros serviços de garantia de fiabilidade.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

25. JUSTO VALOR E RISCOS FINANCEIROS

Justo valor

No apuramento do justo valor dos ativos financeiros mantidos ao custo amortizado com referência a 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Sociedade considera que dada a sua natureza de curto prazo, o valor de balanço dos mesmos constitui uma boa aproximação do seu justo valor nessas datas.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros registados ao justo valor pode ser resumida como se segue:

	31-12-2015			Valor de balanço total
	Técnicas de valorização			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	282.922	-	-	282.922

	31-12-2014			Valor de balanço total
	Técnicas de valorização			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	267.861	-	-	267.861

O quadro acima agrupa os instrumentos financeiros valorizados ao justo valor em três níveis, a saber:

- Nível 1: Instrumentos financeiros cujo justo valor é observável em mercado ativo (cotações).
- Nível 2: Instrumentos financeiros cujo justo valor deriva de *inputs* observáveis em mercado ativo.
- Nível 3: Instrumentos financeiros cujo justo valor deriva de técnicas internas de valorização de desconto de fluxos de caixa previsionais em que determinados *inputs* não correspondem a dados observáveis no mercado.

Risco de crédito

A Sociedade considera que, face à sua atividade, não se encontra exposta ao risco de crédito para além do Banco Santander Totta, S.A.. De referir que os ativos da Sociedade correspondem essencialmente a depósitos à ordem, a depósitos a prazo e a comissões a receber dos fundos geridos, cuja liquidação é efetuada por débito em conta pela própria Sociedade.

Risco de taxa de juro

A Sociedade considera que, face à sua atividade, não se encontra exposta ao risco de taxa de juro em virtude de não recorrer a funding.

Risco de liquidez

A Sociedade detém normalmente elevados níveis de liquidez. De facto, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as rubricas de "Disponibilidades em outras instituições de crédito" e "Aplicações em instituições de crédito" ascendiam a 25.876.867 Euros (aproximadamente 82% do ativo líquido) e a 26.259.390 Euros (aproximadamente 89% do ativo líquido), respetivamente. De referir que a Sociedade aplica os seus excedentes de tesouraria em contas de depósitos à ordem e a prazo junto do Banco Santander Totta S.A. (Nota 24).

Risco de mercado

A Sociedade considera que, face à sua atividade, não tem exposição direta ao risco de mercado. Esta exposição está presente apenas na esfera dos fundos de investimento geridos e nas carteiras de patrimónios de clientes.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

Risco cambial

A Sociedade considera que, face à sua atividade, não se encontra exposta ao risco cambial. De referir que os ativos da Sociedade correspondem essencialmente a depósitos à ordem, depósitos a prazo, títulos de dívida pública e a comissões a receber denominados em Euros.

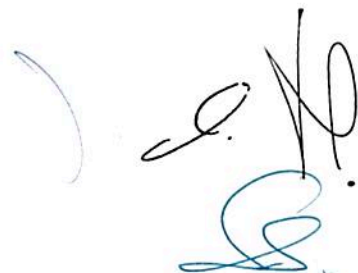
26. GESTÃO DE CAPITAL

A Sociedade mantém fundos próprios superiores ou equivalentes a 8% do total das posições ponderadas pelo risco, conforme estabelecido no Aviso n.º 5/2007, de 27 de abril, do Banco de Portugal.

A política de distribuição de resultados está condicionada pela manutenção de adequados níveis de capital que permitam à Sociedade sustentar o desenvolvimento das suas operações, dentro da sua política de riscos.

No quadro seguinte, resume-se a composição do capital regulamentar da Sociedade em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

	31-12-2015	31-12-2014
A - FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE (TIER I)	11.980.992	11.435.352
Capital elegível	19.350.854	19.350.854
Reservas e resultados elegíveis	(7.337.221)	(7.881.989)
Deduções aos fundos próprios de base	(32.641)	(33.513)
B - FUNDOS PRÓPRIOS COMPLEMENTARES (TIER II)	-	-
C - DEDUÇÕES AOS FUNDOS PRÓPRIOS TOTAIS	-	-
D - TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS (A+B+C)	11.980.992	11.435.352
E - TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS ELEGÍVEIS (D*8%)	958.479	914.828
F - REQUISITOS DE FUNDOS PRÓPRIOS	605.558	227.136
Para risco de crédito, risco de crédito de contraparte e transações incompletas	-	-
Para despesas gerais fixas	605.558	227.136
RÁCIO DE SOLVABILIDADE (E/F)	158,3%	402,8%



27. PASSIVOS CONTINGENTES

A Sociedade Marinha Guincho – Investimento Turístico e Imobiliário, S.A. (“Marinha Guincho”) instaurou uma ação judicial no valor de 23.000.000 Euros contra o Fundo de Investimento Imobiliário Lusimovest e contra o Fundo de Investimento Imobiliário Novimovest (“Fundos”), ambos geridos pela Sociedade, pedindo: (i) declaração de nulidade de contratos de compra e venda de lotes do denominado “Aldeamento Turístico da Marinha do Guincho” e de contratos de reserva celebrados entre as partes; pedindo, subsidiariamente, (ii) o reconhecimento da alteração das circunstâncias e a consequente resolução dos referidos contratos; e pedindo, subsidiariamente ainda, (iii) a modificação dos aludidos contratos de acordo com a equidade e a consequente extensão dos prazos para reaquisição dos lotes, reduzindo-se as respetivas remunerações financeiras e demais encargos. No dia 22 de junho de 2011, a Sociedade, enquanto representante legal dos mencionados Fundos, foi citada para contestar a ação judicial movida.

A contestação com pedido reconvenicional foi apresentada em juízo no dia 7 de setembro de 2011, tendo sido pedida a absolvição de ambos os Fundos e a procedência da reconvenção deduzida e, em consequência: (i) a condenação da Marinha Guincho no pagamento aos Fundos de determinadas quantias; (ii) a declaração de extinção, por caducidade ou por resolução, dos contratos de reserva e dos direitos de compra neles previstos de determinados lotes, condenando-se a Marinha Guincho a reconhecer tal extinção e os Fundos como respetivos proprietários; (iii) a declaração de extinção, por caducidade, de um direito de compra de um determinado lote e da obrigação da Marinha Guincho de não vender ou prometer vender tal lote, condenando-se esta última a reconhecer tal extinção e os Fundos como respetivos proprietários; (iv) a condenação da Marinha Guincho a abster-se de praticar qualquer ato material de uso ou gozo de frações relativas a determinados lotes, cessando toda e qualquer utilização das mesmas, entregando a Marinha Guincho ao Fundo de Investimento Lusimovest as chaves das moradias existentes em determinados lotes; e (v) a condenação da Marinha Guincho no pagamento ao Fundo de Investimento Lusimovest de uma sanção pecuniária compulsória diária até ser feita prova da efetiva entrega das aludidas chaves das moradias. O valor da reconvenção é de 2.945.000 Euros.

No dia 21 de outubro de 2011, a Marinha Guincho apresentou réplica pugnando pela improcedência do pedido reconvenicional deduzido pelos Fundos.

No dia 7 de novembro de 2011, os Fundos apresentaram tréplica pugnando pela improcedência das exceções invocadas pela Marinha Guincho relativamente à matéria da reconvenção.

No dia 30 de maio de 2012, realizou-se uma tentativa de conciliação, não tendo as partes chegado a acordo. Em outubro de 2012, a autora e a ré apresentaram requerimentos de desistência parcial dos pedidos de reconvenção no montante de 60.070 Euros, os quais foram homologados em 25 de outubro e 5 de novembro de 2012.

Em 7 de fevereiro de 2014, o processo teve sentença favorável aos Fundos, tendo sido a Marinha Guincho condenada a pagar as prestações mensais por si devidas como contrapartida dos direitos de compra dos terrenos acrescidas de juros à taxa legal. Foram igualmente declarados extintos os contratos de reserva e os respetivos direitos de compra previstos relativos aos lotes 18, 20, 29, 30, 31, 33, 34, 35 e 36, tendo sido a Marinha Guincho condenada a reconhecer que a propriedade das frações autónomas dos lotes referidos é dos Fundos. Ficou por isso inibida à Marinha Guincho a possibilidade de promoção destes lotes para venda a terceiros, visitas ou acessos, cessando toda e qualquer utilização dos mesmos.

A 27 de março de 2014, foi interposto recurso de apelação para invocar a nulidade da sentença, o qual foi considerado não justificado em 29 de maio de 2014. A 18 de julho de 2014 foi apresentado requerimento executivo e a sentença foi distribuída ao 2º Juízo de Execuções de Lisboa. A 19 de fevereiro de 2015, o Tribunal da Relação de Lisboa considerou o recurso de apelação totalmente improcedente.

A 7 de abril de 2015, foi interposto Recurso de Revista ao Supremo Tribunal de Justiça para anulação da sentença, do qual se aguarda decisão.

28. OUTRAS INFORMAÇÕES

A Sociedade celebrou um contrato promessa de compra e venda em 28 de agosto de 2007 no âmbito do qual se comprometeu a adquirir em nome e representação dos Fundos de Investimento Imobiliários Imovest, Novimovest e Lusimovest, todos sob sua gestão, a propriedade de um imóvel que compõe o complexo arquitetónico denominado "Palácio das Cardosas", o qual se destina à exploração de um hotel.

O preço final da compra e venda será apurado na data da escritura de compra e venda e corresponderá ao menor dos seguintes montantes: (i) 31.000.000 Euros; (ii) o resultado da aplicação da yield contratada ao montante equivalente a 25% das receitas brutas da promitente vendedora no exercício de 2014; e (iii) o resultado da aplicação da yield contratada ao quociente entre o EBITDA da promitente vendedora gerado em 2014 e 1,15. O preço final não poderá, contudo, exceder a média das avaliações a efetuar por dois peritos avaliadores independentes a indicar pela Sociedade.

As obrigações resultantes deste contrato para a Sociedade, designadamente, o dever de proceder à outorga da escritura pública de compra e venda e de pagar o preço, encontravam-se dependentes da verificação de determinadas condições, de natureza resolutiva, que à data prevista (30 de junho de 2011) se verificaram. Assim, e desde que não haja uma alteração da entidade gestora do hotel, não consentida por parte da Sociedade, a escritura pública relativa à compra e venda deveria ser celebrada entre 1 de março de 2015 e 1 de maio de 2015. No entanto, este acordo foi revogado por mútuo acordo entre as partes envolvidas, tendo ficado desta forma extinto o compromisso da Sociedade em adquirir o imóvel.



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Acionista da
Santander Asset Management - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Santander Asset Management - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. ("Sociedade") relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração da Sociedade.

Acompanhámos, com a periodicidade e extensão que considerámos adequada, a evolução da atividade e os negócios da Sociedade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos serviços da Sociedade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2015, as demonstrações dos resultados, do outro rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2015 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas sem reservas e com duas ênfases.

Face ao exposto, com base no nosso exame e nas Certificações Legais das Contas / Relatórios de Auditoria emitidos pelas Sociedades de Revisores Oficiais de Contas dos Fundos geridos pela Sociedade, e após consideração dos assuntos descritos nos parágrafos 5 e 6 da nossa Certificação Legal das Contas, somos de opinião que as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, para efeitos de aprovação em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos Serviços da Sociedade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 31 de março de 2016



Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Maria Augusta Cardador Francisco

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Santander Asset Management – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (“Sociedade”), as quais compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2015 que evidencia um total de 31.577.036 euros e capitais próprios de 25.925.935 euros, incluindo um resultado líquido de 67.116 euros, as demonstrações dos resultados, do outro rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, os resultados e o outro rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Santander Asset Management – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. em 31 de dezembro de 2015, bem como os resultados e o outro rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal (Nota 1.1.).

Ênfases

5. Em 31 de dezembro de 2015 a Sociedade era responsável pela gestão de vinte e quatro fundos de investimento mobiliário e de quatro fundos de investimento imobiliário ("Fundos"). As demonstrações financeiras desses Fundos relativas ao exercício findo naquela data foram examinadas por outras Sociedades de Revisores Oficiais de Contas, as quais emitiram as respetivas Certificações Legais das Contas / Relatórios de Auditoria sem reservas. A nossa opinião, no que se refere ao potencial impacto nas contas da Sociedade de eventuais situações ocorridas ao nível dos Fundos, baseia-se unicamente nas Certificações Legais das Contas / Relatórios de Auditoria dessas Sociedades de Revisores Oficiais de Contas.
6. Conforme mencionado em maior detalhe no Relatório de Gestão, no âmbito de decisões do Grupo Santander no qual a Sociedade se insere, é expectável que no decurso de 2016 passe a gerir apenas os fundos imobiliários. As alterações necessárias para este efeito estão sujeitas, nos casos aplicáveis, à aprovação prévia das Entidades Reguladoras.

Relato sobre outros requisitos legais

7. É também nossa opinião que a informação financeira de 2015 constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 31 de março de 2016



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Maria Augusta Cardador Francisco